

As “Regiões” nas Entrelinhas do Trabalho Político: Bases Sociais, Investimentos Intelectuais e Carreiras Parlamentares (MG, RS, PE e MA)*

*Eliana dos Reis***

*Igor Gastal Grill****

*Ariel Pereira*****

Resumo:

Este artigo se insere na agenda de estudos sobre a “dupla arte de representar” de parlamentares brasileiros, cujas carreiras políticas combinam inscrições em domínios culturais. O desdobramento que propomos aqui é o de pensar condicionantes e lógicas que presidem o trabalho de produção e mobilização – inseparavelmente como trunfo político e afirmação de uma condição de intelectual – de imagens e identificações ligadas às configurações regionais de atuação dos agentes. Seguindo pistas de pesquisas já detectadas e fontes de informações variadas, procuramos cotejar casos de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Maranhão. A ênfase recai na análise dos perfis e da produção escrita, pontuando elementos que nos permitam refletir sobre como determinados profissionais engendram bens simbólicos, agenciando representações sobre as “regiões” consoantes com a edição de suas próprias imagens e, inclusive, fundamentando seu potencial como porta-vozes autorizados a descrever, prescrever e representar causas, indivíduos, grupos e fronteiras.

Palavras-chave: Perfis. Políticos. Intelectuais. Identificações regionais.

* Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Tecnológico do Maranhão pelo apoio dado à realização desta pesquisa.

** Docente e Pesquisadora do PPGCSoc/UFMA. Doutora em Ciência Política pela UFRGS. Bolsista Produtividade do CNPq. Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). E-mail: eliana1reis@terra.com.br

*** Docente e Pesquisador do PPGCSoc/UFMA. Doutor em Ciência Política pela UFRGS. Bolsista Produtividade do CNPq. Coordenador do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). E-mail: igorgrill@terra.com.br

**** Docente e Pesquisador do IFMA. Doutor em Ciências Sociais pela UFMA. Membro do Laboratório de Estudos sobre Elites Políticas e Culturais (LEEPOC). E-mail: ariel.tavares@ifma.edu.br

The “Regions” Between the Lines of Political Work: Social Bases and Parliamentarians’ Written Production (MG, PE, RS and MA)

Abstract:

This article is included in the agenda of studies on the “double art of playing” of Brazilian parliamentarians, whose political careers combine incursions in cultural domains. The unfolding we propose here is to understand the logics ruling the work of production and mobilization – inseparably as political trump and affirmation of an intellectual condition – of images and identifications linked to the regional configurations of agents’ performance. Following findings and varied sources of information, we seek to collate cases of Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul and Maranhão. The emphasis is on the analysis of profiles and written production, punctuating elements that allow us to reflect on how certain professionals produce symbolic good, founding representations on the “regions” consonant with the representations they forge upon themselves and even grounding their potential as spokesmen authorized to describe, prescribe and represent (in both ways) causes, individuals, groups and frontiers.

Keywords: Profiles. Politicians. Intellectuals. Regional identities.

Las “Regiones” como Trasfondo del Trabajo Político: Bases Sociales y Producción Escrita de Parlamentarios (MG, PE, RS y MA)

Resumen:

Este artículo forma parte de la agenda de estudios sobre el “doble arte de la representación” de los parlamentarios brasileños, cuyas carreras políticas combinan inscripciones en dominios culturales. El desarrollo que proponemos es pensar en el condicionamiento y la lógica que presiden el trabajo de producción y movilización, inseparablemente como un activo político y una afirmación de una condición intelectual,

de imágenes e identificaciones vinculadas a las configuraciones regionales del desempeño de los agentes. Siguiendo pistas de investigación ya detectadas y fuentes de información variadas, buscamos comparar casos de Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul y Maranhão. El énfasis está en el análisis de perfiles y producción escrita, elementos puntuables que nos permiten reflexionar sobre cómo ciertos profesionales engendran bienes simbólicos, negociando representaciones sobre las consonantes de “regiones” con la edición de sus propias imágenes e incluso sosteniendo su potencial como portavoces autorizados para describir, prescribir y representar (en el doble sentido) causas, individuos, grupos y fronteras.

Palabras clave: Perfiles. Políticos. Intelectuales. Identidades regionales.

O trabalho de representação política é também um trabalho de produção e reprodução de representações sobre o mundo social e, como discurso performativo, tem potencial de fazer existir a realidade que ele significa (Bourdieu, 1996). Portanto, agentes políticos, com alguma eficácia, conseguem exercer a tarefa de designação de fronteiras e de invenção de estereótipos regionais (Bertho, 1980) em múltiplos níveis, conforme seus perfis sociais e culturais, períodos históricos de atuação, bem como em função dos seus adversários e aliados (dos mesmos ou de outros domínios, e nos distintos planos locais ou nacionais). O que pode ser conjugado à proposição – mais diretamente relacionada às pesquisas que temos desenvolvido – da existência de relações de interdependência entre diferentes domínios sociais e justaposições de lógicas, notadamente engendradas/respaldadas pela circulação de agentes que neles ocupam posições mais ou menos bem situadas e assumem posicionamentos variados e considerados legítimos, de modo concorrencial e transitivo.

Nesse caso, uma das alternativas para abordar as conexões entre domínios políticos e culturais é ponderar sobre a importância da objetivação das tomadas de posição escritas divulgadas em distintos veículos, especialmente por meio da publicação de livros.

Esse tipo de material é particularmente adequado para captar estratégias de legitimação e princípios de classificação em jogo no trabalho simbólico de orquestração de temáticas, papéis, justificativas, etc.

Cabe sublinhar que não está em jogo avaliar se os políticos estudados escreveram ou não o que publicaram; até porque é possível que eles também “não publiquem tudo o que escrevem” (Le Bart, 1998). O fato é a valorização dessa modalidade de intervenção, inegavelmente ativada para a administração de imagens públicas e de publicização de seus contornos oportunos, conforme determinados estágios biográficos, das carreiras seguidas e dos jogos nos quais se envolvem.

Essas orientações gerais estão na base da construção do objeto de pesquisa e das análises que apresentamos neste artigo.

O desenho mais geral do universo empírico foi definido a partir de algumas regularidades observadas em investigação cujo ponto de partida fora o mapeamento de um conjunto de parlamentares que se notabilizaram, por um lado, pela ocupação de cargos de deputados federais, senadores e de postos políticos administrativos; e, por outro lado, pelo investimento em produção escrita e atuação em lugares de consagração “intelectual” (como academias de letras, institutos de pesquisa, meios midiáticos, universidades, entre outros), em diferentes conjunturas históricas, ao longo do século XX. Do levantamento sociográfico de 1.181 parlamentares, circunscrevemos 299 indivíduos com carreiras políticas e empreendimentos editoriais relativamente equilibrados e consistentes. Para eles, atentamos, numa primeira etapa, às características morfológicas e aos gêneros de escrita que privilegiaram no decorrer de seus itinerários (Grill e Reis, 2016; 2012). Subsequentemente, empenhamo-nos no desenvolvimento de estudos mais recortados, conforme, por exemplo, modalidades de escrita, categorias profissionais, gênero, períodos de atuação e domínios de inscrição priorizados (Grill e Reis, 2016).

Entre os 299, apuramos, mais precisamente, que: i) há uma forte propensão dos agentes a escreverem sobre questões relativas aos seus estados de origem e/ou em que atuam; ii) entre os deputados e senadores de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Maranhão (que representam aproximadamente 1/3 do casos, mais exatamente 97 parlamentares) há, proporcionalmente, uma tendência ainda maior a publicarem sobre essas questões; iii) mais precisamente, são 75 nessas condições, que já escreveram sobre temas e conteúdos explicitamente atribuídos às peculiaridades das dinâmicas regionais em pauta; iv) e, somados, eles são responsáveis pela autoria de 310 livros, cujos cenários primordiais das descrições/interpretações/prescrições são os respectivos estados pelos quais exerceram mandatos eletivos.

Por isso, consideramos relevante focalizar quem são eles, que investimentos fizeram, quais livros publicaram e como se posicionaram; procurando refletir tanto sobre as disposições e inscrições canalizadas à (re)produção de identidades culturais quanto sobre os seus usos possíveis como trunfo de luta política e de afirmação intelectual – que incrementam os propósitos (não necessariamente cínicos) de manutenção ou conquista de posições de intérpretes/representantes autorizados.

Dessa maneira, persistimos com a preocupação voltada à “dupla arte de representar” de parlamentares que possuem intensa inscrição em domínios culturais, agora nos debruçando na tentativa de apreensão das lógicas que colaboram com a fabricação de divisões “regionais” relativamente ao trabalho ativo de construção de memórias coletivas, de continuidades e identificações (Pollak, 1992), constante e situacionalmente “negociadas, bricoladas e renegociadas” (Martin, 1994; 1992).

Dois esclarecimentos são importantes. O primeiro é que não identificamos os casos pela referência direta à categoria “região”, logo, a expressão não necessariamente aparece como a rotulagem mobilizada. Nossa proposta é apenas tomá-la como unidade de síntese.

se, podendo englobar uma multiplicidade de significados e derivações aplicadas com afincamento na demarcação de divisas, mediante a reivindicação (e certificação) de singularidades (históricas, políticas, sociais, culturais, geográficas, jurídicas, econômicas, etc.), que separam, diferenciam, justificam e celebram pertencimentos coletivos. Afinal, a construção de identidades regionais é tributária do trabalho de formulação/manipulação de sistemas simbólicos (ideias, versões, concepções e classificações), operado e disputado por aqueles que visam impor sentidos de existência de grupos, comunidades ou questões, bem como o consenso sobre estes sentidos (Bourdieu, 1989). E os parlamentares abrangidos participam dessa operação, disponibilizando-se a escrever sobre objetos diametralmente concebidos em relação às configurações regionais nas quais se inserem (nas suas dimensões políticas, econômicas, culturais, populares, históricas, etc.). Apresentando-se, então, como seus intérpretes autorizados. Sem deixar de explicitar, nos posicionamentos e narrativas assumidos, níveis de intromissão e submissão a princípios ou arquétipos dominantes.

Adicionamos a isso que, como se sabe, historicamente os produtos e relações desenvolvidas a partir de determinados estados da federação – por sua concentração de recursos políticos, econômicos e culturais – são imediatamente considerados como sinônimos de “nacional”. Ao passo que os demais estados aparecem como expressões localizadas, e os aspectos que caracterizam suas dinâmicas seriam apenas idiosincrasias “regionais”. Geralmente percebidos “em relação ao paradigma dominante”, centro que serviria de modelo exportador aos demais, não raro são avaliados pelas chaves da ausência, carência e deficiência, das quais decorrem as ênfases (quase acusações) de lugares de “decadência, de corrupção, de baixa de qualidade, de rudeza, etc.” (Ginzburg, 1991, p. 53). Não pretendemos atualizar as oposições “centro x periferia” para reverenciar os parâmetros canônicos nem advogar – numa (ideo)lógica igualmente essencializadora – a autonomia da “periferia” (Idem). Sem denegar a desigualdade da distribuição de posições no âmbito de distintas

e infinitas cadeias de configurações de poder; partimos do pressuposto de que estas posições são interdependentes e relacionalmente constituídas nas complexas dinâmicas de produção, imposição, adaptação, submissão, reinvenção ou até contestação de princípios e exigências de atuação (Reis e Grill, 2016).

Neste caso, a indagação mais geral é sobre como o trabalho político e o cultural condensa um duplo e indissociado reconhecimento instituído na inscrição em domínios concorrenciais de atuação e na autoridade reivindicada/atribuída para definir e agir sobre o mundo social? E a interrogação mais precisa é sobre quais são os perfis e investimentos de “profissionais da política”, que engendram, disputam ou reproduzem concepções sobre as “regiões”, consoantes com as representações que forjam sobre si mesmos e congruentes com as matrizes culturais dominantes nas configurações regionais concernentes? Esses aspectos contribuem à apreensão de fatores que fundamentam o potencial de afirmação e atuação de determinados agentes como porta-vozes autorizados a descrever, prescrever e representar causas, indivíduos e grupos sociais.

Com as frequências que apresentamos, despontam algumas pistas sobre parâmetros decisivos de atuação de “elites políticas estaduais”, seus dispositivos de notabilização e de tensões, condicionados por princípios diferenciados de hierarquização política e de legitimação concorrentes. E, por esse intermédio, esboçar as interferências das imagens das “regiões” subjacentes às configurações díspares, correlativamente a momentos históricos marcantes e a percursos biográficos sucessivos.

1. Perfis, carreiras políticas e gêneros de escrita

Como mencionamos anteriormente, foram detectados 75 parlamentares atuantes em Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Maranhão que, em algum momento das suas trajetórias,

publicaram textos retratando aspectos assimilados como próprios aos seus estados de origem. Para a apreensão desse universo, recorreremos a fontes diversas, como Dicionário Histórico Biográfico (DHBB) da FGV, sites da Câmara dos Deputados e do Senado, matérias publicadas em jornais e blogs, entrevistas, as principais “obras” de caráter laudatório e/ou histórico divulgadas, documentos de registros variados, entre outras.

Dividimos a exposição do material em duas partes. Neste primeiro momento, situamos o quadro geral de quem são eles, com a composição dos perfis dos agentes, dos postos que ocuparam e dos livros que lançaram, relativamente aos 299 indivíduos da população maior, e 22 dos mesmos quatro estados em foco, entretanto, para estes não foram localizadas autorias de livros com eixos “regionalizados”. Recuperando outros achados analíticos já acumulados sobre essas “regiões”, é possível enriquecer a apreensão dos padrões dominantes vislumbrando recursos com os quais representantes políticos contaram e como redundaram na conquista de multinotabilidades¹, em distintos domínios.

O ano de nascimento é um indicador pertinente dos períodos de atuação e passível de ser combinado com outros parâmetros válidos à demarcação de cortes geracionais. No universo mais amplo (299) a maioria dos parlamentares nasceu até a década de 1910 (44%), seguidos dos nascidos nos anos de 1940 (28%), e um pouco menos frequentes foram aqueles da década de 1930 (16,6%). Entre os agentes dos estados ora enfocados, notamos variações interessantes nessa distribuição, com presença encorpada daqueles nascidos até 1910 em três estados; excetuando

1 Utilizamos a ideia de multinotabilidade para indicar a pluralidade de trânsitos e fontes de créditos, que garantem reconhecimento e notoriedade a determinados agentes. O que é particularmente evidente em circunstâncias marcadas pela preponderância de multifacetados e ambivalentes registros de atuação e pela existência de justaposições estruturais entre domínios, cujas fronteiras são fracamente instituídas, contribuindo para o peso de trunfos personificados (até mesmo incorporados) e das relações pessoais (Reis e Grill, 2016).

o RS, cuja concentração maior é nos anos 1940. Esta década é a segunda mais frequente aos atuantes de PE. Somente o MA e o RS têm parlamentares-escritores nascidos na década de 1950, com distinta incidência no primeiro estado.

Tabela 1 – Distribuição dos parlamentares por década de nascimento segundo estados (%)

Estados	Até 1910	1920	1930	1940	1950
MG	46,6	16,6	23,3	13,3	----
RS	26,3	10,5	5,2	47,3	10,5
PE	50	5	10	35	-----
MA	44,4	----	11,1	11,1	33,3

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

De modo geral, há uma preponderância da formação em direito na titulação superior, compatível com as ocupações previamente exercidas como advogados e promotores, professores e funcionários públicos. Como variações, considerando os dados da tabela 2, dois apontamentos sobre o universo, comparativamente aos dois outros conjuntos, parecem bons indicadores do seu perfil específico: um é sobre a mais baixa incidência da formação em economia² e o outro é referente à maior concentração de empresários, com menor frequência de professores. Vale sublinhar a constatação de uma menor diversificação de títulos e ocupações para os 22 agentes de MG, RS, PE e MA (aqueles não escrevem sobre seus estados de atuação).

2 Sobre a oposição economia (afirmação acadêmica – grandes questões nacionais e internacionais) x direito (profissões liberais e negócios locais – questões regionais), que reforçam as teses de Dezalay e Garth (2000), ver Reis e Grill, 2015.

Tabela 2 – Comparativo das titulações e ocupações prévias (%)

Títulos	299	75	22	Ocupações Prévias	299	75	22
Direito	56	67	65	Advogados/Promotores	38	48	50
Medicina	10	9,3	-----	Médicos	8,5	6,6	-----
Engenharia	07	10,6	10	Professores	14	9,3	25
Economia	9,3	04	15	Funcionários Públicos	20	16	25
Administração	01	2,6	-----	Empresários	07	11	-----
Letras	02	04	-----	Jornalistas	07	08	-----
Ensino Médio	03	2,6	-----				
Outros	11	00	10	Outros	05	1,1	-----
Total	100		100	Total	100		100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Outras oscilações mais sutis podem ser realçadas. Mesmo o curso de direito permanecendo como o mais frequente, tem-se ocorrências diferenciadas nos estados de MG e, mais pesadamente, no MA. Sublinha-se a segunda maior incidência de titulações em engenharia em MG e PE; a presença distinta das formações em economia no RS; e de outras formações (indicando variação mais robusta nos investimentos deste tipo) no RS e MA.

Tabela 3 – Distribuição dos parlamentares por títulos escolares segundo estados (%)

Titulação	MG	RS	PE	MA
Direito	75,8	57,8	62	77,7
Medicina	6,8	5,2	14,2	11,1
Engenharia	17,2	-----	19	-----
Economia	-----	15,7	----	-----
Outros	-----	21	4,7	22,2
Total	100	100	100	100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Replicando a proeminência do curso superior em direito, a tabela 4 revela a constância de ocupações como advogados/promotores, contudo bem mais significativa em MG. Para o MA a

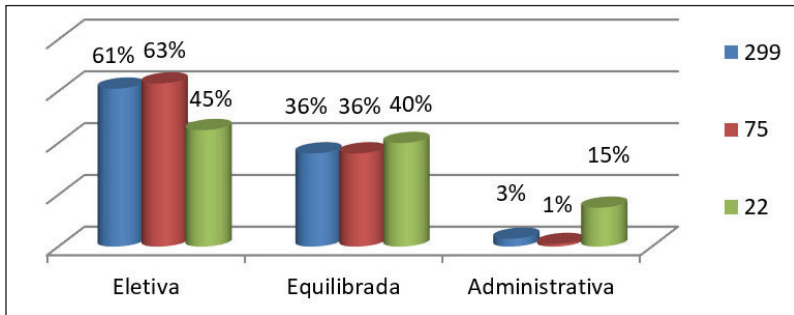
tradução do título em ocupação não parece ser tão direta, e os empresários, comparativamente aos demais estados, são mais frequentes; assim como são os professores para o RS. O estado do PE é o que possui menos advogados/promotores (apesar de não ser o que menos tem agentes formados em direito), e se sobrepõe pela reiteração de funcionários públicos.

Tabela 4 – Distribuição dos parlamentares por ocupações segundo estados (%)

Ocupações Prévias	MG	RS	PE	MA
Advogados/Promotores	70	47,3	28,5	44,4
Professores	-----	21	9,5	-----
Médicos	6,6	5,2	4,7	11,1
Empresários	10	5,2	14,2	22,2
Funcionários Públicos	10	10,5	33,3	11,1
Jornalistas	3,3	10,5	9,5	11,1
Outros	-----	5,2	-----	-----
Total	100	100	100	100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

No que concerne à carreira política dos 299 políticos, que publicam sobre temáticas e gêneros variados, via de regra, a ocupação de posições eletivas prevalece, seguido de percursos que equilibram postos políticos eletivos e administrativos. Sendo que os mais baixos índices observados foram para parlamentares que acumularam mais solidamente cargos administrativos. Essa tendência se repete entre os 75, destoando para aqueles 22 – das mesmas configurações regionais, porém que não se dedicaram a publicar sobre problemáticas relacionadas aos seus estados de origem ou de atuação –, cujas passagens por funções administrativas são mais longas. Logo, podemos indicar que o trabalho de escrita, sendo ou não privilegiadas as “questões regionais”, é particularmente conciliável ao trabalho de mobilização política; talvez funcionando como compensação ao menor acesso a cargos administrativos e às oportunidades que viabilizam a realização de obras e transferência de recursos.

Gráfico 1 - Comparações de padrões das carreiras políticas (%)

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

No que tange aos cargos mais altos ocupados, do mesmo modo, praticamente não há variação entre as três coleções de casos. Assim, podemos indicar que os agentes estudados seguem o padrão dominante dos políticos que escrevem.

Para pormenorizar um pouco mais os contornos do nosso objeto, um procedimento útil é verificar em que momento dos seus trajetos de postos políticos os parlamentares publicaram seus escritos, confrontando esses dados com a posição mais elevada alcançada. Quer dizer, estamos analisando um universo de agentes que alcançaram o topo da hierarquia política: 68% chegaram à Câmara Federal, 20% ao Senado da República, 10% à chefia do governo dos seus estados e 2% à presidência ou vice-presidência. Por isso, o mais fecundo parece ser a identificação do cargo que ocupavam quando publicaram sobre suas “regiões” de origem e atuação.

Na tabela 5 observamos que mais de um terço deles lançaram livros antes de ocupar o primeiro cargo eletivo ou quando ocupavam posições locais (prefeito e deputado estadual), indicando o quanto este investimento pode se constituir em trunfo de entrada e de afirmação na política institucional. Porém, quando examinamos os dados isoladamente, avistamos que a frequên-

cia mais alta de escritos ocorre quando eles exerciam o cargo de deputado federal (28%). Neste caso, podemos aventar que a escrita – entre a infinidade de sentidos, interesses e gratificações, que possivelmente se encontram nas bases das motivações para se empenhar na “publicação de um livro” – pode sintetizar estratégias de coadunação, articulação ou até funcionar como contrapartida a *handcaps* de performances ligadas à habilidade de atendimento por intermédio de bens tangíveis e divisíveis. Ou mesmo conformar um tipo complementar e diferente de atendimento simbólico das bases (que, inclusive, pode garantir a eficácia dos efeitos do atendimento material), via eficaz de construção identitária (Pizzorno, 1986).

Há ainda casos significativos de publicações durante a investidura no Senado (14,5%), o que pode estar associado à atribuição formal do cargo (representação estadual), incrementada pelas facilidades da instituição (cada senador recebe por ano uma cota para usar os serviços da gráfica e, na prática, utilizam serviços que custariam muito mais no setor privado para divulgar seus escritos). E não são insignificantes aqueles que se dedicaram à publicação sobre suas “regiões” ao encerrar a carreira. Neste caso, temos indícios de que isso, muitas vezes, assume o sentido de “balanço de vida”, no qual os conteúdos dos textos lhes permitem se inscrever na memória política regional e/ou “resgatar” uma biografia (individual ou coletiva), exaltando feitos e realizações (gestão e transmissão de imagens), como temos mostrado em outros estudos³.

3 Apesar de um investimento preponderantemente feito por homens, mesmo com perfis sociais, políticos e profissionais diversificados (ver Grill, 2012); princípios de visão e divisão “regionalizadas” podem ser evidenciados em memórias de mulheres parlamentares (ver Reis, 2020, a sair). Cabendo atentar às características específicas relacionadas a categorias sociais minoritárias nos domínios políticos. No universo dos 299 localizados na pesquisa mais ampla, somente oito são mulheres. Sobre os perfis e carreiras desses 2% das parlamentares que escrevem, ver Reis (2014a).

Tabela 5 – Distribuição dos livros pelos cargos ocupados pelos autores (%)

Cargo ocupado no momento em que publicou sobre o estado	(%)
Antes de chegar ao Congresso	20
Prefeito	4,7
Deputado Estadual	12,7
Deputado Federal	28
Intervalo	5,4
Senador	14,5
Governador	1,8
Ministro	1,0
Presidente/Vice	-----
Depois	11,6
Total	100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Reforçamos que as ponderações anteriores não excluem a consideração de que esses agentes detêm atributos e disposições prévias para escrever ou valorizar a publicação de livros como recurso distintivo, mormente, sobre determinadas temáticas.

Um aspecto que nos parece pertinente diz respeito à vinculação entre bacharelismo jurídico e uma escrita voltada às questões regionais. Podemos, assim, sumariamente, classificá-las. Quando distribuimos os 310 livros publicados segundo a formação dos parlamentares, aqueles com essa formação são, claramente, os que mais acumulam publicações. Ou seja, são numericamente mais importantes neste universo de 75 casos e tendem a escrever um maior número de trabalhos sobre as “realidades” estaduais ou regionais.

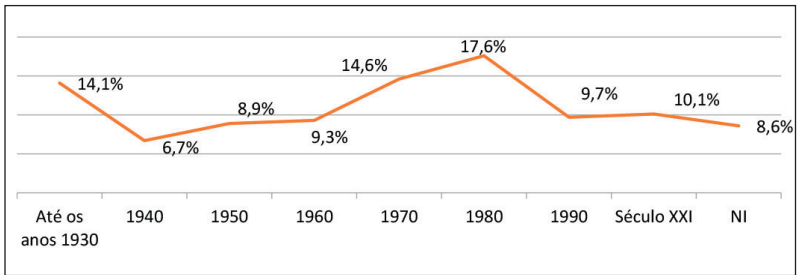
Outras ponderações podem ser suscitadas quando cotejamos frequências por décadas e variações regionais. Atentamos ao fluxo maior nos anos 1930, o que é compatível com o alto índice de agentes nascidos até 1910. Quer dizer, estariam em idade, conjuntura e problemática legítima favorável a posicionamentos desse tipo em tal período. Sabe-se que essa década foi marcada por reconfigurações políticas e culturais consistentes. No

plano nacional, podemos enfatizar os empenhos na construção do Estado e na invenção da identidade nacional, mediante publicações que indicavam a tonificação de um mercado editorial (Sorá, 2010, Pontes, 1998; Garcia Jr., 1993; Pécaut, 1990; Miceli, 1979). Na esteira desse processo, como parte ou reverberação, certos intelectuais se voltaram (não necessariamente de forma planejada) à invenção de tipos regionais específicos, reorientando as ênfases impressas aos seus bens e, por este intermédio, redefinindo seus próprios papéis e imagens (Garcia Jr., 2011; Albuquerque Jr., 2009; Coradini, 2014). Sem esquecer, no entanto, que essa condição de “intelectual” – ou ao menos contribuindo nos movimentos distintivos por eles operados – está diretamente relacionada à ocupação de cargos políticos, eletivos e/ou administrativos, e que, não raro, os agentes investem na produção de bens culturais mobilizando registros diversificados de luta/formulação, às vezes, aparentemente, até ambíguos. Portanto, não devem ser tratados exclusivamente como literatos, romancistas, historiadores, editores, escritores, etc.

Seguindo o padrão que identificamos quando examinamos os 4.162 livros publicados pelos parlamentares abrangidos na pesquisa anterior, há outro pico de publicações entre os anos 1970 e 1980 (Grill e Reis, 2016). Que, como no comentário supra, é consonante aos outros maiores índices de nascimentos entre as décadas de 1940 e 1950. Logo, esses agentes provavelmente tinham idades ajustadas à formação e inserção nos eventos transcorridos nas referidas décadas, inclusive por meio da produção escrita como tomada de posição⁴.

4 Outra dimensão de pesquisa em andamento aborda mais atentamente a pista da coincidência entre períodos de fechamento político (como dos anos 1930 e dos 1970) com a intensificação da produção escrita por parte dos intelectuais politicamente envolvidos.

Gráfico 2 – Distribuição por década para o conjunto dos livros



Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Contudo, existem variações na intensidade de publicações ao longo dos períodos relativamente aos estados. Enquanto algumas flutuações, com momentos de ápice, são observadas na produção das elites políticas mineira, gaúcha, pernambucana; há uma notável estabilidade da preocupação com os problemas/lutas estaduais entre os políticos maranhenses. No entanto, os quatro estados apresentam regularidades consistentes até a década de 1930, principalmente MG, para o qual não encontramos a publicação de nenhum livro de parlamentar, situado no topo da hierarquia política, relacionado às questões regionais, no século XXI. Ao contrário do RS, que destoa dos demais estados pela mais alta percentagem localizada justamente das publicações mais recentes.

Tabela 6 – Distribuição por década em cada estado (%)

Estados	Até os anos 1930	1940	1950	1960	1970	1980	1990	Século XXI
MG	19,7	05,4	17,5	14,2	19,7	18,6	04,3	00
RS	12,3	4,1	6,8	11	12,3	15	12,3	26
PE	13	16,1	13	6,5	16,1	24,1	6,5	4,8
MA	15	05	08	08	12	17	16	19

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

Um aspecto primordial para qualificar a composição do universo e avançar na compreensão dos perfis dos políticos, das suas

publicações “regionais” e dos próprios estados, é adicionar à análise os gêneros e as temáticas que eles priorizaram.

Nesse sentido, observamos a predominância do tipo “generalista” (44%) – em que são consagrados projetos de sociedade, ideologias, identidades, etc. –, seguido pelo “setorialista” (25%) – que designa os trabalhos mais especializados e explicitam o uso de competências escolares específicas. As “biografias históricas” (13%) – voltadas à exaltar personagens do mundo político, jurídico, militar, religioso (mais ou menos nesta ordem) e/ou de movimentos, eventos, organizações (partidos, sindicatos, associações, etc.) – ficaram na terceira posição. A “literatura” (9,9%) – contemplando a produção de romances, poesias, contos, novelas, etc. – em penúltimo. E as “confissões políticas” (2,8%) – concernentes basicamente à produção de “memórias” ou ao “gênero memorialístico” – em último; posição esta que permanece inalterada para os 75 agentes que estamos tratando aqui. A raridade na produção de “memórias” está relacionada a algumas singularidades de perfis, carreiras e percepções de parlamentares que as empreendem, além das próprias idiossincrasias ligadas ao gênero de escrita⁵. Sobre os demais, como poderíamos antecipar (haja vista o recorte da pesquisa), a sequência dos gêneros de escrita se modifica.

É possível observar na tabela 7 que as biografias históricas sobem para o topo (elas são especialmente as preferidas dos “gaúchos”) e o generalista (priorizada pelos “pernambucanos”) desce para o segundo lugar, permanecendo bem situada – até porque guarda afinidade com o trabalho de elaboração política, que dizer, com as estratégias de representação e politização de temáticas com amplo potencial de interpelação. A literatura também é elevada ao terceiro lugar (notavelmente perseverante entre os “maranhenses”), enquanto o tipo setorialista despenca para penúltimo, o que certamente está relacionado aos perfis

5 Ver a discussão, já referida, em Reis (2020, a sair) e Grill (2012).

sociais, políticos e culturais dos agentes e das suas carreiras (e ele figura com destaque entre os “mineiros”)⁶.

Tabela 7 – Distribuição dos gêneros de escrita por estado

Gênero	75 (%)	MG (%)	RS (%)	PE (%)	MA (%)
Biografias Históricas	39,3	33,3	58,9	28,5	3,3
Generalistas	21,2	12,5	16,6	42,8	20
Literatura	16,7	12,5	11,1	11,4	70
Setorializados	16,1	33,3	6,6	10	3,3
Confissões	6,4	8,3	6,6	7,1	3,3
Total	100	100	100	100	100

Fonte: DHBB, Sites da Câmara e Senado, Grill e Reis (2016).

A partir desta última tabela podemos fazer algumas sínteses.

Considerando o banco mais amplo dos 1.181 parlamentares, Minas Gerais é o segundo estado com mais casos de proveniência de políticos que escrevem (12,1%). É antecedido somente por São Paulo, que ocupa o primeiro lugar (15,7%). O perfil que prepondera entre os parlamentares mineiros é de agentes nascidos até 1910 ou na década de 1930. São formados em direito (alta concentração) – que se converte na preponderância da atuação profissional como advogados/promotores –, seguidos pelos titulados em engenharia e medicina. Eles se destacam por dois gêneros: as “biografias históricas” e os escritos “setorializados”. O que pode estar vinculado à preocupação em consagrar “heróis políticos” e ao investimento em demarcar (por intermédio de textos apoiados em formações escolares) as fronteiras entre Minas Gerais e os outros estados do Sudeste (principalmente São Paulo, antigo aliado da chamada “política café com leite”, e Rio de Janeiro, outrora centro político do Brasil). Isso ocorre predominantemente entre os anos 1950, 1960, 1970 e 1980, configurando um processo de afirmação e distinção do seu lugar no

6 A classificação dos livros por esses gêneros de escrita foi inspirada pelos trabalhos de Le Bart (1998 e 2012).

espaço do poder. Não por acaso a intensidade da produção escrita é relativamente distribuída.

Para os parlamentares gaúchos, as maiores frequências das décadas de nascimento são até 1910 e na década de 1940. Preponderantemente o curso superior é em direito (traduzindo-se na frequência de ocupações como advogados/promotores), mas há uma diversificada gama de titulações e uma destacada atuação como professores. Há um relativo equilíbrio da produção escrita entre 1970 e 1990, com o maior acúmulo no século XXI. A maioria dos parlamentares gaúchos se debruça sobre a “região” mediante a publicação de “biografias históricas” e também “generalistas”, apropriados à pretensão do político em exercer o papel de intérpretes de “causas” e versões heroicizadas da história. Sobretudo, essas ênfases permitem estabelecer um terreno propício – de protagonistas, eventos, períodos e movimentos, estratégias de luta, de vitórias, avanços, pioneirismos, etc., que são politizados, mas também que precisam ser situados e superados – no qual se inscrevem, a um só golpe, como síntese e subversão. Ou seja, apresentando-se como exemplares da continuidade e da ruptura, o que lhes garantiria o seu lugar de novidade⁷. Não raro, na historiografia sul-rio-grandense são celebradas as características geográficas, imigratórias, econômicas, fronteiriças, que se traduziriam nas peculiaridades regionais, exemplificadas na disposição militar, para o confronto político, entre outros fatores que contribuiriam na construção da imagem heroica do “gaúcho” “viril”, “politizado”, orgulhoso de suas “façanhas” e dispostos a mobilizá-los distintivamente; princípios que emergem no discurso político (e eventualmente até no acadêmico) de exaltação.

Os parlamentares “pernambucanos” também nasceram mais frequentemente até a década de 1910 e na de 1940 e, do mesmo modo

7 Sobre estratégias de agentes que inauguraram sua atuação política-militante nos anos 1970 e investiram na leitura da história “política gaúcha” visando incorporar e romper matrizes dominantes, ver Reis (2015).

que os “mineiros”, além da formação em direito, obtiveram títulos em engenharia e medicina. Destacam-se no exercício de cargos como funcionários públicos, afora os de advogados/promotores. Eles publicaram consistentemente na década de 1980, contudo arrefeceram seus investimentos em publicação sobre a “região” a partir da década de 1990. No conjunto dos títulos de livros assinados pelos agentes, os gêneros preponderantes são o “generalista” e as “biografias históricas”. Com muita frequência isso aparece associado a problemas sociais (fome, seca, etc.) edificados como inerentes ao “Nordeste”, e tem seu ápice nos anos 1970 e 1980. A elite política pernambucana, ao contrário da mineira, constrói uma ideia de “região” que implode fronteiras estaduais, assumindo o papel de porta-vozes do Nordeste em uma conjuntura de inflação de “questões sociais”, renovando bases sociais e ideológicas mobilizadas na sua representação (no duplo sentido).

Finalmente, para os maranhenses, persistem os formados em direito e dividindo os mandatos com agentes dotados de outras formações escolares em nível superior, como os jornalistas. O ritmo de publicação dos parlamentares desse estado é particularmente estável, quando comparado aos demais investigados. Mas o dado mais singular se refere à ênfase pesada na literatura como gênero de escrita, e a inusitada baixa frequência de “biografias históricas” (o que contrasta com os altos investimentos intelectuais na produção de panteões de consagração das suas diferentes “elites”)⁸. A literatura desponta como o gênero tanto mais excepcional quanto mais a profissionalização política se especializa. Fica explícita a combinação de regularidade dos temas centrados nas questões regionais, apresentadas por intermédio da literatura e das tomadas de posição em meios jornalísticos, sustentadas na referência mítica de um apogeu, simbolizada pelo “rótulo” da “Atenas Brasileira”⁹.

8 Ver Reis (2014b), Grill e Reis (2017).

9 Sobre as inscrições jornalísticas, literárias e as lutas políticas faccionais no Maranhão, ver Pereira (2019).

2. Trajetos e tomadas de posição: casos exemplares

Nesta segunda parte do artigo, propomos uma descrição de agentes considerados exemplares e representativos das regulares apontadas no momento anterior. Para corroborar as feições dominantes, após a descrição do caso chave, apresentamos um box com a caracterização de um perfil de apoio.

2.1. “Um passarinho na política e na Academia” de Minas Gerais

Estudos como os de Arruda (1999), Canêdo (2008), Grill (2015) trazem elementos importantes à compreensão das condições de construção, difusão e usos políticos de atributos que seriam “inatos” aos “mineiros”. Quer dizer, de como imagens esquemáticas da “mineirice” ou “mineiridade” efetivamente redundam em práticas e posturas harmonizadas ao enraizamento da percepção da existência de um tipo regional único, emblemático, justificador de modos de ser e de agir. Comparados às “raposas”, os políticos mineiros lidam, então, com a necessidade de ajuste das expectativas (positivas ou negativas) de se apresentarem como “perspicazes”, “sagazes”, “negociadores”, etc., aos seus perfis, posições e posicionamentos. O que traz à superfície, ao mesmo tempo, disposições herdadas, representações compartilhadas, identificações construídas, possíveis trunfos de luta, assim como tensões entre “vocações literárias” e “destinos políticos”.

Destacamos aqui o caso de Murilo Badaró, representativo dos herdeiros de famílias tradicionais com proeminência graças às notabilidades políticas e intelectuais acumuladas por seus ascendentes.

Em discussão recente, Grill (2020) reconstitui a genealogia e as lógicas de transmissão de “heranças políticas” entre os componentes da “família Badaró”, tomando como fonte principal de análise um dos últimos livros publicados por Murilo, em 2008, no qual seu avô, falecido, é o “narrador-personagem” (promotor, juiz, deputado

federal, embaixador no Vaticano e Senador). Em “Memórias Póstumas de Francisco Badaró” o autor – autorizado pelo vínculo de parentesco e pelo modelo da narrativa machadiana – produz a biografia do antepassado (e de sua linhagem) como se fosse ele próprio, isto é, colocando-se como veículo de vivificação do “defunto-autor”. Justificando a centralidade do protagonista principal como testemunha de fatos e eventos, Murilo explicita a postulação de características valorizadas pela “elite política mineira”, empenha-se na consagração genealógica e, assim, certifica o espólio herdado.

Murilo Badaró nasceu em 1931, filho do médico Francisco Jr. (prefeito, deputado estadual e deputado federal). Ele atuou no movimento estudantil e se formou em direito pela atual Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Antes de passar a disputar postos políticos, destacou-se como cantor de ópera em Belo Horizonte (segundo consta, com o pseudônimo Ricardo Villas). Barítono, participou de várias óperas e, por cinco vezes, foi agraciado com o Prêmio Orfeu. Além disso, atuou na fundação da Juventude Musical Brasileira e chegou a ser o presidente de honra da Sociedade Mineira de Concertos Sinfônicos e da Sociedade Coral de Belo Horizonte. Um amigo teria confidenciado a outro: “Por maior político que o Murilo tenha sido, ele nunca iria superar o barítono que era!”¹⁰ O primeiro mandato eletivo de Murilo Badaró foi conquistado em 1958, aos 27 anos, e já como deputado estadual (pelo Partido Social Democrático, o PSD), conseguindo se reeleger em 1962. Com a instalação do regime militar, deslocou-se para a Aliança Renovadora Nacional (Arena).

Nesse período, foi secretário de Governo em Minas Gerais e deputado federal. Mas teria se posicionado contra a cassação de Juscelino Kubitschek, em 1964, em discurso frequentemente mencionado, que recebeu o título de “Protesto de uma Geração”. Assim como havia contestado a cassação do deputado Moreira Alves, o que lhe rendeu o afastamento da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e a inclusão do seu nome em uma

10 <http://badaroblog.blogspot.com/2010/06/ainda-murilo-badaroa-saudade-sera.html>

lista para cassação de direitos políticos enviada ao então Presidente da República, Costa e Silva. Teria lamentado por ter sido impedido pela Arena a se candidatar ao governo do estado, pois, em período de campanha, visitava “todas as cidades mineiras da época, em todas as regiões”, a ponto de um slogan de campanha ser “Não importa em qual cidade de Minas que você nasceu, Murilo Badaró já esteve lá!”, “era o trenzinho das melhores tradições mineiras varrendo o interior de sua gente” (<http://badaroblog.blogspot.com/2010/06/ainda-murilo-badaroa-saudade-sera.html>).

Por suas notabilidades culturais, foi indicado a fazer parte do primeiro conselho deliberativo da Fundação Milton Campos, instância de estudos e pesquisas do partido ao qual pertencia (Arena)¹¹. Eleito senador pelo Colégio Eleitoral de Minas Gerais, Murilo Badaró ficou nesta posição de 1978 a 1984. Neste último ano, foi indicado a ministro de indústria e comércio no governo de João Figueiredo. Depois, no governo de Itamar Franco, assumiu a presidência do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). Em 1996 ele fundou e foi o primeiro presidente do Centro de Pesquisa e Estudos Mineiros, instituição voltada para reconstituir a história política e cultural do estado. Em 1998 não obteve êxito na disputa ao senado (agora pelo Partido Progressista Brasileiro, o PPB), mas foi vitorioso na conquista da prefeitura de sua cidade natal, Minas Novas (assim como fora seu pai). Finalizando nessa posição seu itinerário de ocupação de cargos eletivos.

Ao longo de sua carreira, Murilo Badaró – que também atuou como professor universitário (Centro Universitário de Brasília) – publicou uma série de outros livros. Destacamos, de antes da ocupação do primeiro mandato eletivo, na década de 1950: “Posição dos estados-membros na Constituição brasileira”, “Elaboração constitucional” e “Papel do estado-membro da Federação”. Entre as décadas de 1960 e 1970, com carreira política

11 Sobre o lugar dos Institutos ou Fundações Partidárias na imbricação entre recursos políticos e intelectuais, ver Reis e Grill (2017).

afirmada, publicou: “Do Jequitinhonha ao Tennessee”, “Reforma e revolução: uma interpretação político-econômica da classe mineira” e “Memorial Político” (coletânea de trabalhos parlamentares, como pareceres, discursos e artigos), “O bombardino” (livro de crônicas publicadas em jornais) e “Alma de Minas” (livro de discursos selecionados). Na década de 1980, atuando como Senador, houve um abrandamento nas publicações, no entanto, em 1986 foi enaltecido como imortal da Academia Mineira de Letras. Em 1992 lançou outro livro de crônicas “Vigésimo mandamento” e, nos anos 2000, verificamos a dedicação à publicação de biografias históricas de exaltação a personagens políticos nascidos em Minas Gerais (a maioria seus antecessores na cadeia 29 da AML, instância de consagração da qual foi presidente de 1998 a 2010): “Milton Campos, um pensador liberal”; “José Maria Alkmin: uma biografia”; “Gustavo Capanema: uma revolução na cultura”; “Bilac Pinto: o homem que salvou a República”. Vale mencionar que esses livros foram publicados em editoras comerciais de distintos portes, com ou sem catálogo, pela gráfica do senado e alguns até sem editora, restando frisar a preocupação do agente em investir neste tipo de atividade intelectual.

A produção de Murilo Badaró aponta a associação de dois aspectos pertinentes à reflexão que propomos aqui. Em primeiro lugar, a afirmação como intérprete/representante das peculiaridades e “índole” da “mineirice” por meio da difusão de versões das “histórias” da “região”, contemplando tanto os eminentes personagens da vida pública e suas “famílias” como retomando “causos” de uma vida bucólica, sem deixar de propor “diagnósticos” sobre a conjuntura política e o potencial econômico do estado. Em segundo lugar, podemos verificar a leitura saudosista do passado acompanhada do descontentamento com o presente – regularidade bem pontuada por Arruda (1999, p. 200) –, que se traduz no esforço do agente em celebrar aqueles considerados como detentores de virtudes que os singularizariam nos domínios das atividades públicas, portanto, que seriam exemplares da “mineiridade” (Grill, 2020). Não por acaso, a atestação da

centralidade dos “vultos” mineiros na história política brasileira é acompanhada pela ostentação dos próprios vínculos (diretos ou indiretos) que Murilo teria com eles, e, por este intermédio, na autoassociação como pertencente à mesma “estirpe”.

Em entrevista, publicada em 2008 no jornal “O Norte”, de Minas Gerais, Murilo Badaró orienta a leitura dos aspectos demarcadores da sua biografia. A primeira questão apresentada indica o duplo reconhecimento aqui tomado como ponto de partida à reflexão: “qual a relação e qual a sensação de unir política e literatura?”:

Não é bem união de política com literatura, é a literatura predominando sobre a política, mas de qualquer maneira, as duas coisas nunca estiveram separadas. Durante todo o tempo em que estive na política, eu cuidei muito da literatura, me aprimorando, lendo, buscando os melhores autores brasileiros e internacionais. Esse casamento sempre existiu, e vai continuar por aí fora, com a predominância agora, mais da literatura do que da política¹².

(<https://onorte.net/opini%C3%A3o/entrevistas/murilo-badar%C3%B3-fala-do-tempo-em-que-pol%C3%ADtica-era-uma-coisa-s%C3%A9ria-1.518630>)

A maioria das indagações foi direcionada à comparação entre personagens e práticas políticas do passado e do presente. As respostas de Murilo foram bastante breves, porém, consideramos pertinente realçar seu posicionamento sobre a “saúde”:

Quem não tem saudade? Saudade de tudo, não é? Daquele tempo em que a política era uma atividade séria, correta, saudade dos companheiros, os grandes vultos que passaram pela minha frente [...] Tenho saudade de muita gente, de muitas pessoas que enobreceram a vida política mineira (Idem).

12 A resposta aponta para uma semelhança com a reivindicação constatada na análise de outro notório político-intelectual mineiro, Afonso Arinos, estudado por Grill (2015).

Sobre o que para ele “significa escrever”:

É uma forma que você tem de manifestar seus pontos de vista, suas opiniões, formular algumas idéias. Eu escrevo nos jornais, porque acho que é preciso, primeiro, sair um pouco da mediocridade que tem prevalecido muito nesse dia-a-dia da imprensa. Em segundo lugar, para colocar pontos de vista que eu considero da minha geração. É muito importante isso (Idem).

Seus gostos culturais:

O que eu gosto mesmo é de ler. Estou sempre lendo os grandes autores. Também gosto muito de ópera. Fui muito ligado à ópera. Nessa altura da minha vida, posso dizer que é a leitura mesmo, com muita poesia. Eu gosto muito de poesia... Leio sempre os grandes poetas. São os prazeres que eu tenho (Idem).

A definição de política é ainda mais concisa: “Servir bem ao povo... Isso é que é a verdadeira política” e o pertencimento à AML apresentado como causa: “É o destino. É o destino, e hoje aliado a uma missão: fazer da Academia um instrumento de divulgação das letras e da literatura brasileira. Acho que precisamos cumprir essa missão” (Idem). Para finalizar, recuperamos a leitura que o agente oferece sobre si mesmo:

Sou um cidadão comum, um homem que fez uma carreira política com certo êxito, não tenho ambições materiais, sou um homem de classe média, e acho que deixo com a minha geração, um patrimônio moral acentuado, e pra minha família, um nome honrado. Basta isso. Não é preciso mais (Idem).

Murilo Badaró faleceu com 78 anos, em 2010. Em testemunho póstumo, o jornalista e escritor mineiro Petrônio Souza Gonçalves, que trabalhou com ele na AML, no texto intitulado “Quando os pássaros adormecem”, narra uma situação em que se encaminhavam para ir para casa e encontram “a garagem cheia de carros e passarinhos”. Badaró teria protestado quando sua secretária “acendeu a luz para

abrir a porta do carro (...): ‘quê é isso Carmen, assim você vai acordar os passarinhos’, saiu do carro e apagou a luz”:

Essa é a imagem que trago dele, um homem que voou alto, mas nunca esqueceu dos passarinhos aprisionados, dos passarinhos esquecidos que não descobriram a liberdade do ar, os passarinhos do canto limitado, do voo retido. Na verdade, acho que ele era, no mais fundo, um deles também. (<https://www.jornalgrandebahia.com.br/2010/06/quando-os-passaros-adormecem-por-petronio-goncalves/>)

Um dos políticos-escritores biografado por Murilo Badaró e que o antecedeu na mesma cadeira da Academia Mineira de Letras, Milton Campos, foi igualmente exaltado por vários contemporâneos, da política e da literatura. Badaró fez parte da Fundação da Arena (criada em 1975), que homenageou Campos, dando-lhe seu nome à entidade. Antes disso, Milton Campos foi objeto de elogios póstumos no ano da sua morte (1972), que constaram nas orelhas de um dos seus livros, publicado no mesmo ano, “Testemunhas e ensinamentos”. Nesses, evidenciamos os atributos valorizados: ponderação, formação cultural e jurídica, cultivo de valores cristãos, etc. O escritor Alceu Amoroso Lima afirmou que “Milton Campos é a imagem viva do grande político mineiro. No que ele tem de mais puro; a cultura sedimentada; o sentido do concreto; a ponderação equilibrada; o humanismo autêntico; a polidez do trato; o senso jurídico; o *humour*, em suma, da mais britânica da nossa grei cultural. Foi um homem do centro, em todos os sentidos” (itálico no original). E o ex-senador Afonso Arinos destacou: “Vejo em Milton Campos o brilho do intelectual e o exemplo do cidadão, que o tornaram sem igual em nossa geração”. Nascido no município de Ponta Nova (MG), em 1900, o avô materno, pai e tios de Campos exerceram cargos políticos eletivos. Formado na Faculdade de Direito de Belo Horizonte (atual curso de direito da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG), ele frequentou as rodas literárias da capital mineira desde a juventude, quando também começou a escrever artigos para os principais jornais do estado. Profissionalmente, atuou como advogado, professor universitário e foi diretor da sucursal dos Diários Associados, além de ter colaborado em outros veículos de comunicação. Exerceu vários cargos públicos, como advogado-geral do estado e membro consultivo do estado, na primeira metade dos anos 1930. Na sequência, elegeu-se deputado constituinte estadual (1935-1937), deputado federal constituinte (1946-1947), governador de Minas Gerais (1947-1951), deputado federal (1951-1954) e senador (1959-1972). Foi ainda duas vezes candidato à vice-presidência da República e ministro da justiça. É autor dos seguintes livros: “Compromisso Democrático” (de 1951, publicado pela editora Secretaria de Educação de Minas Gerais); “Eleições Diretas” (1965); “Testemunhas e ensinamentos” (de 1972, publicado pela Livraria e Editora Jose Olympio); “Limites Minas Gerais-Espírito Santo” (em colaboração com Benedito Quintino dos Santos); e “Sobre a questão de limites Minas-São Paulo” (Campos, 1972; Abreu, 2011).

2.2 Um “ideólogo do trabalhismo” (RS)

A política que muitos rio-grandenses concebem e desejam praticar não é a profissional, não é a que tem como exclusivo propósito apoiar governos ou combater-los, manter ou disputar postos de mando, cargos ou mandatos eleitorais, mas esta outra, algo mais elevada e idealista, que se traduz no esforço e manifestação de boa vontade visando à pesquisa do bem comum. (...) Pertenço (...) à categoria dos rio-grandenses, livres e independentes, que só tem compromissos com a sua consciência e com aquilo que consideram dever social e patriótico (Texto de Alberto Pasqualini, “Nossa única filosofia”, publicado no “Correio do Povo”, em 1945, apud Simon, 1994, p. 359).

A produção/reprodução de representações sobre as “regiões” – que encerram concepções e práticas conjuntamente políticas e culturais – revelam quadros de referências tracejados nas lutas, nas quais taxonomias de depreciação e/ou valorização de indivíduos e coletividades são forjadas e, não raro, são sintetizadas em substantivações com sufixo “ismo”. Assim, os “ismos” têm função central na significação das disputas políticas e, para tanto, contam com o trabalho ativo das formulações de “intelectuais” (localizados nos mais variados domínios), que respondem aos chamados à apreciação, categorização e prescrição das batalhas das quais participaram¹³. Com proliferações de usos e polissemia de sentidos (“profanos” ou “profissionais”), são mais facilmente dignificantes quando dizem respeito a “doutrinas” ou movimentos de identificação com conteúdo ideológico; e podem assumir o caráter mais frequentemente depreciativo quando associados a personalidades específicas. De qualquer modo, permitem evidenciar características sociais, trajetórias seguidas e os posicionamentos assumidos por determinadas lideranças políticas, que, por este intermédio, se afirmam como “ícones” das histórias políticas regionais e como parte indispensável da sua “memória”.

13 Para análise de lutas políticas e intelectuais na edificação/(des)qualificação de “ismos”, ver Grill (2012, 2008) e Pereira (2019).

No Rio Grande do Sul, a afirmação de uma “tradição trabalhista” como “genealogia simbólica” (Abélès, 1992) ou uma “linhagem mitológica” (Hastings, 1992) contou com a produção de referências míticas sobre o “pai do trabalhismo”, Getúlio Vargas, e o “ideólogo do trabalhismo”, Alberto Pasqualini, eles próprios lideranças que serviram de alicerces à fabricação de identificações (positivas e negativas) expressas em “ismos”. Entre outros motivos, por administrarem redes de seguidores e laços de reciprocidade, mormente pelo trabalho persistente de perenização dos seus estatutos de “ícones”, localizados em uma genealogia consagrada, e baluartes da construção da identidade regional. Portanto, não estando em questão a sua centralidade, somente as condições mais ou menos propícias à manipulação dos seus espólios¹⁴.

As biografias sobre Alberto Pasqualini sempre destacam a sua condição de “intelectual” e “ideólogo” ou “teórico do trabalhismo”, o que está diretamente ligado ao seu itinerário de inscrições culturais, tomadas de posição e condições de afirmação política. Assim como enfatizam a referência à origem italiana, que parece pesar nas suas formulações (como no texto “defesa do colono¹⁵”, publicado no jornal “Correio do Povo”, em 1945, no qual Pasqualini situa o “colono” como categoria perseguida, desfavorecida, marginalizada, que precisaria da proteção do estado). Seu pai trabalhou inicialmente como agricultor e posteriormente como escrivão. Pasqualini nasceu em Ivorá (1901), passou a infância e parte da adolescência na zona rural e, em 1915, ingressou no Seminário Nossa Senhora da Conceição. Possivelmente por influência do avô materno (Azambuja, 1958), seguiria a carreira eclesiástica, porém, ele acabou cursando o magistério no colégio Anchieta e o ginásio do colégio Júlio de Castilhos – considerados viveiros de intelectuais e políticos gaúchos. O que se apli-

14 Para uma análise detalhada desses processos, ver Grill (2008; 2005).

15 Forma, inicialmente pejorativa, de se referir às comunidades de imigrantes italianos e alemães no RS.

ca também à Faculdade de Direito de Porto Alegre (atualmente UFRGS), na qual foi orador laureado da turma. Nesse período, dividia-se entre os estudos, a atividade docente e um emprego na Viação Férrea. Formou-se em 1929.

Pasqualini participou da “Revolução de 30” e, no início da mesma década, passou a se dedicar à advocacia, à militância política e à docência. Seus investimentos escolares não somente contribuíram à aquisição de formação cultural e de um diploma, como à inserção em um círculo de sociabilidades e ao acúmulo de prestígios como professor da Faculdade de Direito. Nessas condições, ele concorreu à vereança pelo Partido Libertador, elegendo-se aos 30 anos de idade. Pasqualini se notabilizou também pela publicação de artigos em jornais da capital e, ainda nos anos 1930, foi convidado pelo então interventor do estado (general Cordeiro de Farias) a assumir o Departamento Administrativo do Rio Grande do Sul (Coradini, 1998). No início da década de 1940, ocupou a Secretaria do Interior “por insistência do novo interventor, General Ernesto Dornelles” (Idem, p. 165), publicou artigos com temáticas políticas, posicionou-se favoravelmente ao governo de Vargas e ao Estado Novo¹⁶, fundou e foi o principal dirigente da União Social Brasileira. A USB – uma espécie de domínio de inserção política e cultural – mais tarde se fundiu ao PTB, partido pelo qual Pasqualini foi duas vezes candidato a governador (1947 e 1954) e senador (entre 1951 e 1958).

Suas campanhas a governador são celebradas na memória dos adeptos do “trabalhismo” como momentos cruciais da afirmação de Pasqualini na “tradição política” do estado. Em especial, a

16 Segundo Laura Vasconcellos (2009, p. 38), ele atuou no jornal “Correio do Povo”, da empresa Caldas Júnior, por conta da “relação muito especial com o periódico. Seu irmão, Arlindo Pasqualini, foi importante repórter do jornal e chegou a ser secretário de redação. Foi parceiro de confiança de Breno Caldas, (...) com quem fundou a Rádio Guaíba e da qual foi diretor até o ano de 1964, ano em que faleceu (...). Além de amigo de Arlindo Pasqualini, Breno Caldas, diretor do Correio do Povo, também foi um admirador de Vargas”.

eleição de 1947¹⁷ teria sido o marco da sua inscrição por conta da disputa travada com Walter Jobim¹⁸ pelo apoio de Getúlio Vargas, das posições nacionalistas defendidas e das suas habilidades no papel de “doutrinador” das massas. A fusão operada pelos porta-vozes do “trabalhismo” entre as duas personalidades da “corrente política” aparece em mão dupla, enfatizando o apoio de Vargas à candidatura do PTB e a adesão de Pasqualini às bandeiras mais caras ao “getulismo”. A atuação de Pasqualini nesse pleito como propagador do “trabalhismo”, sua capacidade de comunicação e o “didatismo” das suas “pregações” fixam, ainda de forma mais consolidada, a imagem do “ideólogo” da “doutrina”.

É necessário que o ‘trabalhismo’ não seja apenas uma palavra, um rótulo para fins eleitorais, mas que lhe corresponda uma substância ideológica, isto é, um sistema de soluções que tenham sua origem em uma determinada concepção social. A verdade é que até agora tem havido a utilização do termo sem grande preocupação pelo conteúdo. Esse é um dos erros de nosso trabalhismo. Trabalhismo deve ser idéia, doutrina, concepção social e um sistema de soluções para os problemas correntes. (...) A tese que sustentamos é que o trabalhismo só pode ser construído e existir sobre uma concepção social que, aos poucos, terá que ir

17 Segundo Cánepa (1999, p. 114-115): “no curso das eleições de 47 para o governo do estado e Assembleia Legislativa, a ocorrência de uma série de eventos deverão marcar de forma indelével o quadro partidário regional por todo o período [47-64] (...): 1) afastamento das lideranças do PSD gaúcho de seu principal inspirador, Getúlio Vargas, abrindo caminho para a aproximação com PL e UDN; 2) cisão no PSD provocando a emigração de suas lideranças ‘getulistas’ para o PTB; 3) aproximação do PTB com Getúlio Vargas; 4) emergência do PTB como maior partido do Estado (...); 5) identificação de diferenças doutrinárias entre as duas lideranças (Getúlio e Pasqualini, permitindo um certo doutrinarismo no PTB gaúcho (nacionalismo/anti-imperialismo em Vargas e Capitalismo Solidarista em Pasqualini); 6) emergência de novas lideranças no PTB que terão grande presença no cenário regional e nacional (ex.: João Goulart, Brizola e Ferrari); 7) projeção do PTB do Rio Grande do Sul na direção do PTB nacional”.

18 Foi secretário de estado e governador do Rio Grande do Sul (1947-1951) pelo PSD. É pai do ex-deputado estadual Hélvio Jobim e avô do ex-deputado federal e ministro da justiça Nelson Jobim. Os três fazem parte de uma “linhagem” de advogados e políticos no município de Santa Maria. Para mais detalhes, ver Grill (2003).

se definindo, caracterizando e concretizando, ela independente de pessoas (Entrevista de Alberto Pasqualini, ao “Diário de Notícias”, em 1945, citada em Simon, 1994).

Além da aptidão em explicitar suas formulações por meio de artigos e documentos escritos, são enaltecidas a capacidade oratória e as disposições decorrentes da proximidade social com um perfil social em ascensão: descendente de imigrante, católico e com origem rural. Quer dizer, aos talentos comumente associados à formação em direito, soma-se a facilidade de trânsito e identificação entre segmentos que passavam a pesar cada vez na política eleitoral.

Entre 1947 e 1950 Pasqualini reforçou sua rede de adeptos por meio da sedimentação de uma “corrente ideológica” no âmbito do PTB, em contraposição àquela que seria uma “corrente pragmática” (Bodea, 1992, p. 60). Em 1950, ele foi lançado como candidato ao senado na chapa liderada por Ernesto Dornelles (primo de Getúlio Vargas) e, nesta campanha, tanto teria reafirmado o “estilo didático e doutrinador” como estreitado os laços com Vargas, assumindo sua “plena defesa” e evocando “a liderança do candidato trabalhista à presidência da república” (Idem, p. 75).

A terceira eleição disputada pelo PTB e a segunda ao governo do estado, em 1954, é, igualmente, realçada por seus traços emblemáticos. Seu nome foi referendado pelas lideranças emergentes da sigla, os cunhados João Goulart e Leonel Brizola, em detrimento de outros quadros de destaque, como José Diogo Brochado da Rocha¹⁹. Naquele ano ocorreu o suicídio de Vargas e a despedida do próprio Pasqualini dos embates eleitorais. Bodea (1992) indicou o caráter de passagem que os dois eventos representaram:

Com as eleições de outubro de 1954²⁰ encerra-se, na práti-

19 Sobre a trajetória pessoal e o trabalho de construção da genealogia familiar, ver Grill (2020).

20 A interpretação de Cánepa sobre as eleições de 1954 destaca a peso deste pleito e

ca, toda uma fase de história do trabalhismo gaúcho. Com a morte de Vargas e a segunda derrota eleitoral de Pasqualini, desapareceram do cenário as duas grandes lideranças do movimento. (...). A direção máxima do partido é assumida por duas novas lideranças, os chamados 'herdeiros de Vargas', Brizola e Jango (Idem, p. 130).

A constituição de uma rede de relações política e estadual formada por quadros políticos vinculados a Getúlio Vargas e a Alberto Pasqualini fortaleceu a sigla do PTB no Rio Grande do Sul e pautou alguns dos alinhamentos futuros. Nessa contenda pela proximidade com os líderes e pela encarnação do "legado", alguns condicionantes se mostraram decisivos. Os casos "bem sucedidos" nesse processo de sucessão aliaram estes três registros que interagem entre si: usos do parentesco, itinerários políticos e partidários ascendentes, e a difusão e o reconhecimento acerca da proximidade com os "fundadores" do PTB (notadamente Getúlio Vargas).

dos símbolos acionados a despeito da nova derrota de Pasqualini, segundo a autora: "O PTB ainda que perdendo as eleições majoritárias (...), consolida a sua posição, ao mesmo tempo que radicaliza seu discurso. Combinando a ênfase no trabalhismo clássico, com "apelo" claro aos trabalhadores do campo e da cidade e aos 'assalariados' e a ampla divulgação da Carta Testamento, é nos termos desta última que acabam por estabelecer a distinção entre o 'eles' e o 'nós'" (Cánepa, 1999, p. 233).

Um dos principais seguidores e propagadores de Alberto Pasqualini foi Pedro Simon. Em resenha a um dos seus livros, “MDB – uma opção democrática”, o sociólogo Benício Schmidt (1977) destacou a sua inscrição na “tradição trabalhista oriunda dos quadros petebistas”, classificando a ascensão de Pedro Simon como indício do “fim do império fronteiro dentro dos quadros trabalhistas”, em alusão ao controle até então exercido por João Goulart e seu cunhado, Leonel Brizola, sobre essa vertente política. Schmidt sublinhou, da mesma forma, a inspiração de Simon “no pensamento socialdemocrata de um histórico petebista rio-grandense, (...) Alberto Pasqualini” (Semanário Informação, 05/02/1977, p. 06). Sobre o ex-senador gaúcho, Ulisses Guimarães escreveu um prefácio ao seu livro “Discursos e projetos”, grifando características que o aproximam do protótipo do político gaúcho, como capacidade oratória: “No palanque fica em transe. (...) funde-se com a multidão, rege o silêncio e o aplauso (...) e disposição para o debate: “a mola da discordância o põe de pé” (Guimarães apud Duarte, 1998, p. 13). Pedro Simon nasceu em 1930 e é descendente de imigrantes libaneses que chegaram à serra gaúcha em 1922. Filho de mascates que ascenderam socialmente foi criado em uma “família muito católica”. Formou-se em direito na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC/RS). Neste período já se identificava com Alberto Pasqualini (frequentava reuniões na casa do irmão de Pasqualini, Arlindo Pasqualini). Atuou como professor universitário na sua cidade natal. Foi vereador em Caxias do Sul (1959-1962), deputado estadual (1963-1978), senador (1978-1986 e 1990-2014) e governador do Rio Grande do Sul (1987-1990), além de ministro da agricultura. Juntamente com seu cunhado, o economista Siegfried Heuser, liderou os “trabalhistas gaúchos” abrigados no Movimento Democrático Brasileiro (MDB), durante o regime militar. Publicou dezenas de livros sobre partidos e política no Rio Grande do Sul e temas sociais aos quais dedicou atenção em seus mandatos, como: “Por um Rio Grande maior” (1976), “MDB: uma opção democrática (1976)”, “1930: a verdadeira revolução” (1980), “Getúlio Vargas, 100 anos do grande estadista” (1983), “Reflexões sobre o PMDB” (1993), “Discursos do senador Pinheiro Machado” (2004); “A diáspora do povo gaúcho” (2009); “Do regime militar ao mensalão” (2006); “A impunidade veste colarinho branco” (2010). Entre eles destacam-se as coletâneas em homenagem a Alberto Pasqualini: Pasqualini: obra social e política (de 1994, 4 volumes publicado pela Editora do Senado), nas quais exalta o nacionalismo e o catolicismo do “mestre”, bem como a ligação com a imigração (Duarte, 2001; Abreu, 2011).

2.3. “Um gigante multifacético” (PE)

Na verdade, não me era fácil optar entre várias tendências do meu espírito: o gosto pela arte, a curiosidade pela ciência e a necessidade irreprimível de participar da ação coletiva. Daí, as diversas experiências que vivi. Mas acabei por unificar as minhas predileções naturais numa obra, que julgo ser literária na forma, científica nos conceitos, revolucionária nos objetivos, ativa pelas suas diretrizes. Na origem dessa obra está evidentemente a imagem dramática dos mangues, que atraem os homens famintos do Nordeste inteiro, os da

zona seca como os da cana-de-açúcar a fazer ninho de esperanças no lodaçal onde se desenrola, trágico e silencioso, o ciclo do caranguejo (Entrevista de Gonçalves de Araújo com Josué de Castro, 1969, publicada por Castro, 1984, p. 117).

Josué de Castro é nacional e internacionalmente reconhecido como um dos pioneiros nas formulações sobre uma questão que se constituiu como social e politicamente crucial: a fome. Seus livros foram publicados em várias línguas, principalmente “Geografia da fome”, que também teve várias edições e ganhou os Prêmios Roosevelt (1952) e o Internacional da Paz (1954), e teve até indicações para o Nobel. Ele exerceu a medicina e também ocupou cargos políticos, entre outros papéis que embasariam a definição feita por Mário de Melo, na introdução ao seu “Perfil Parlamentar” (2007, p. 21-22), de Josué como “um gigante multifacético”, que “viveu profundamente envolvido nas teias e nos dilemas do seu tempo, como intelectual e político. Ou intelectual-político. (...) Sempre com o olho universal e pluridimensional”.

Nascido em 1908 (faleceu em Paris, em 1973), os pais eram separados e ele vivia com a mãe, professora, em área próxima ao mangue (em um bairro de Recife), mas nas férias visitava o pai, que vivia na zona rural, pois tinha uma vacaria e fornecia leite (Idem, p. 29). Nesse período, segundo a reconstituição mítica, “convivia na rua com os meninos pobres, descalço, jogando pião e castanha, tomando banho de rio” (Idem). No mesmo “Perfil” há a reprodução de uma entrevista dada por Josué, em 1964, a Pedro Bloch, da revista “Manchete”. Nessa, ele conta que “o pai era homem pobre da Paraíba (Cabaceiras, o lugar mais seco do Nordeste (...))”, enquanto a mãe era “de família de engenho, aristocrata”.

Josué de Castro se formou na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro (atual UFRJ) e, depois, voltou para o Recife, onde teria um cargo na Secretaria de Educação, prometido por componentes do grupo de José Maria Belo (são citados Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, Gilberto Freyre), que seria governador. Como essa possibilidade não se efetivou, abriu o con-

sultório de nutrição, nas suas palavras: “eu, na realidade, queria era ser psiquiatra, mas Ulhoa Cintra tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um. Resolvi fazer nutrição” (Castro, 2007, p. 42). Ele menciona que seu “O ciclo do caranguejo” foi escrito aos 21 anos e afirma que, aos 23 anos, “com vários companheiros”, foi um dos fundadores da Faculdade de Filosofia no Recife, da qual se tornou diretor e livre-docente. Atuou também como professor de fisiologia da Faculdade de Medicina e de geografia humana da Faculdade de Filosofia de Recife (1932). Realizava pesquisas sobre o padrão de vida do operariado nordestino, chefiava a Clínica de Doenças do Aparelho Digestivo e de Nutrição, de Pernambuco, entre outras atividades, inclusive a publicação de artigos em jornais vinculados à Aliança Nacional Libertadora (ANL). Casou-se com uma aluna e foi morar no Rio de Janeiro.

Desse período, conta que “escrevia contos para os jornais. Era mais literato que médico” (Idem, p. 44) e, ao longo dos anos 1930, publicou: “O problema da alimentação no Brasil”, “Condições de vida das classes operárias do Recife”, “Alimentação e Raça”, “Documentário do Nordeste”, “Alimentação brasileira à luz da geografia humana”, “Fisiologia dos tabus”, “Geografia humana”, “Três personagens” e “Alimentazione e acclimatazione umana nei tropici”.

Ainda na mesma década atuou como catedrático de antropologia da Universidade do Distrito Federal (UDF) e, com o seu fechamento, foi incorporado à Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, criada na Universidade do Rio de Janeiro, posteriormente chamada Universidade do Brasil (UB), pela qual se formou, em 1938, em filosofia. Foi professor catedrático de geografia humana da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (UB), entre as décadas de 1940 e 1960. Antes disso, chegou a ser “convidado oficial do governo italiano [entre os convites que teria recebido de governos de outros países para “estudar problemas de alimentação e nutrição”] para realizar um ciclo de conferências nas Universidades de Roma e Nápoles sobre ‘Os problemas de aclimação humana nos trópicos’” (Correia de Andrade et al.,

2003, p. 110-111). Colaborou com o governo getulista, sendo um dos organizadores e o primeiro diretor do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS). E, na década de 1940, entre outras coisas, foi “Presidente da Sociedade Brasileira de Alimentação”; “idealizador e diretor do Instituto de Nutrição da Universidade do Brasil”, e ganhou o “Prêmio José Veríssimo da Academia Brasileira de Letras” (Idem), pela publicação, em 1946, de um dos seus “clássicos”: “Geografia da fome”. No mesmo ano também lançou, no México, “La alimentación en los trópicos”.

Josué de Castro acumulou uma série de prêmios, medalhas e direções de conselhos durante a década de 1950. Nesse período, publicou outro livro consagrado: “Geopolítica da Fome” (de 1951). Em 1954, estreou na política eletiva saindo vitorioso na eleição para deputado federal, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Durante o primeiro mandato publicou “A cidade do Recife”, “O livro negro da fome”, “Ensaio de geografia humana”, “Ensaio de biologia social” e “Sete palmos de terra e um caixão”. Este último saiu em um momento favorável aos posicionamentos democráticos relativos aos “grandes problemas nacionais”, por conta da instalação do governo de JK e de João Goulart (Melo e Neves, 2007, p. 59). Nele, contou com o apoio de Francisco Julião e enfocou a preponderância histórica de uma “economia voltada para a monocultura e para o latifúndio, que inviabilizavam a possibilidade de progresso social, especialmente, na região do país considerada a mais pobre: o Nordeste” (Amorim, 2016). Os fragmentos abaixo são ilustrativos das denúncias de desigualdades econômicas e culturais entre Norte, Nordeste e o Sul:

O desnível entre o Sul e o Nordeste e o desnível setorial entre a agricultura e a indústria agravando ainda mais a fome no país (...). O marginalismo em que foram deixados a agricultura e o Nordeste – região essencialmente agrícola – tinha suas origens nas imposições de certos grupos de que não se tocasse nas estruturas agrárias. (...) Os resultados desse desenvolvimento capenga, feito numa perna só, agravavam o descontentamento das massas populares do Nordeste e impedem a industrialização autêntica do país no ritmo desejado (Castro, 2007, p. 59-60).

(...) Este abismo cavado entre os dois Brasis – o Brasil pobre e o Brasil rico, o Brasil do Norte e o Brasil do Sul, o Brasil feudal e o Brasil industrial – em nenhum setor é mais profundo do que na vala que separa o Brasil letrado do Brasil analfabeto. (...). O desconjuntado edifício da estrutura feudal, cujas pedras ameaçavam desabar ao menor choque, já não digo das forças políticas em jogo, mas ao menor choque das ideias. (...) Dá a suspeição com que sempre olhavam os estudiosos mais ousados, que lutavam por uma tomada de consciência educacional, por uma educação que não fosse apenas um privilégio, com o qual se dominam os espíritos de toda uma coletividade, como se domina a sua massa, com o privilégio ou o monopólio da terra (Idem, p. 80).

Em 1958 Josué de Castro foi reeleito como o deputado mais votado “do Nordeste”, pelo PTB, legenda da qual foi vice-líder. Porém, com o golpe militar, teve seus direitos políticos interrompidos e, logo depois, foi demitido do cargo que exercia como embaixador brasileiro junto aos organismos internacionais das Nações Unidas, sediados em Genebra. Em vista disso, foi residir em Paris, criou o Centro Nacional de Desenvolvimento e trabalhou como professor associado (lecionando, principalmente, geografia humana) no Centro Universitário de Vincennes e da Universidade de Paris. Foi ainda presidente do Comitê Mundial por uma Constituição dos Povos e vice-presidente da Associação Parlamentar Mundial. No final dos anos 1960 publicou “A explosão demográfica e a fome no mundo”, “El hambre-Problema universal” e, ainda, “Homens e caranguejos”, que é objeto de estudos de diferentes áreas. A temática do livro – justificada por Josué em tom autobiográfico – é retomada por sua filha, socióloga, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro:

Josué de Castro foi um brasileiro, um ‘cidadão do mundo, mas, sobretudo um nordestino, um pernambucano. Junto às populações dos mangues do Recife, tomou conhecimento de uma das mais tristes e duras realidades do subdesenvolvimento. No prefácio de seu livro *O ciclo do caranguejo*, afirma: ‘O tema deste livro é a história da descoberta da fome

nos meus anos de infância, nos alagados da Cidade de Recife onde convivi com os afogados deste mar de miséria. Procu-ro mostrar neste livro de ficção que não foi na Sorbonne, nem em qualquer outra universidade, que travei conheci-mento com o fenômeno da fome (Castro, 2003, p. 109).

"Eles eram como um punhado de areia que, jogada, se desfazia no ar: Liga seria o cimento capaz de unir essa areia e transformá-la em sólido bloco" (Francisco Julião). Nas duas eleições em que concorreu, Josué de Castro fez "dobradinha" com Francisco Julião, o mais notório líder das ligas camponesas e arauto da reforma agrária no país. Em 1993, comple-tando 20 anos da morte do amigo, Julião escreveu: "Fome, Fome, Fome! Foi o seu grito de guerra/Que partiu de Pernambuco/E se estendeu pela terra" (Melo e Neves, 2007, p.23). Sete anos mais novo que Josué de Castro, Francisco Julião nasceu no agreste de Pernambu-cano, no Engenho Bom Jardim, da sua família. Depois que se formou em Direito, em 1939, pela Faculdade de Direito do Recife, abriu um escritório de advocacia na capital pernambucana. Com um colega, chegou a comprar o Colégio Monsenhor Fabrício, em Olinda, no qual atuou como diretor e professor primário (Idem). Depois de ter integrado o Partido Republicano (PR), no pós-Estado Novo, se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), sigla pela qual foi o primeiro deputado estadual eleito no estado, em 1954. Reelegeu-se em 1958 e conquistou uma vaga na Câmara Federal em 1962, sempre pelo mesmo pelo partido. Liderança que dera vulto às Ligas Camponesas em 1955, ele demonstrava sua força e a capacidade de organização dos trabalhadores rurais desde a região da Galiléia, ou, mais precisamente, dos "foreiros", pessoas que habitavam os engenhos e haviam ficado desamparadas pelos herdeiros dos senhores de engenho (Garcia Jr, 2002). Julião e Castro estiveram juntos em atividades e mobilizações em nome dos trabalhadores rurais e da contestação da estrutura agrária do Nordeste. Incluindo o Congresso de Salvação do Nordeste, organizado pela Prefeitura de Recife, no qual representantes das ligas participa-ram e produziram a "Carta de Salvação do Nordeste" (Amorim, 2016). Em 1959, ganhou o processo judicial de desapropriação do Engenho Galileia, o que colaborou na importância midiática e projeção nacional e internacional do movimento: "em 1960, o jornal *The New York Times* publicou uma série de artigos sobre as Ligas, apresentando Julião como líder do campesinato brasileiro, e apontando a gravidade da situação econômica e social do Nordeste". Em 1961, Luís Carlos Prestes teria proposto a associação das ligas com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB/PCB). Julião escreveu livros e alguns também foram traduzidos para outros idiomas, como "*Cachaça*" (contos, 1951), "*Irmão Juazeiro*" (romance, 1961), "*Que são as Ligas Camponesas*" (1962), "*Até quarta, Isabela*" (1964), "*Cambão*" (1975), "*Guia do camponês*", "*ABC do camponês*", "*Cartilha do camponês*", "*Carta de alforria do camponês*", "*Bença, mãe*". Com o regime militar foi preso e exilado no México, onde atuou na rede vinculada ao Partido Revolucionário Institucional (PRI). Retornou para o Brasil com a Anistia de 1979 e "buscou produzir uma reinserção política, que envolveu tentativas de desconstrução, reconstrução e ressignificação das memórias existentes sobre a sua atuação no período anterior ao golpe civil-militar de 1964" (Porfírio, 2015, p. 618). Ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT), em 1986, e não obteve êxito na disputa pela vaga de deputado constituinte por Pernambuco. Nesse mesmo ano foi para o México, onde teria morrido "pobre e esquecido em um autoexílio", em 1999 (Porfírio, 2015, p. 632).

2.4 Um “jornalista do povo” (MA)

A “elite política maranhense” é a menos diversificada social e ideologicamente, bem como a mais tributária de processos exigentes de seleção social e de controle político exercidos pelos políticos estabelecidos; o que contribui para a distinção dos parlamentares que conseguem se associar ao “passado mítico” e utilizar, nos seus escritos, signos de notabilização associados à “tradição” cultural. A partir disso, a análise das clivagens políticas e das estratégias de qualificação e desqualificação acionadas por agentes localizados em domínios políticos (partidários, militantes, etc.) e culturais (jornalísticos, universitários, religiosos, etc.) permite apreender os princípios de construção/classificação/divisão de categorias como o “vitorinismo” e o “sarneysismo” no estado. Nessas batalhas, determinados agentes ocupam lugares centrais e são representativos de posições singulares.

Esse é o caso do jornalista maranhense Neiva Moreira, cuja carreira, inscrições e tomadas de posição permitem situar o espaço dos empreendimentos jornalísticos nas suas relações com personalidades políticas e intelectuais, sobretudo, com as disputas faccionais preponderantes no estado.

Um dos principais veículos das tomadas de posição de Moreira foi o “Jornal do Povo” (foi diretor-responsável e o principal acionista do JP) que, segundo definiu o escritor Benedito Buzar²¹ – em apresentação à coletânea “Neiva Moreira: o jornalista do povo”, organizada com artigos publicados por Moreira, entre 1950 e 1964, neste periódico – “de combate sistemático aos desmandos do governo estadual e de críticas veementes ao vitori-

21 Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, professor da Universidade Estadual do Maranhão, foi deputado estadual. Ocupou vários cargos administrativos em governos. É apresentado em seus livros como jornalista, historiador e cientista político. É membro da Academia Maranhense de Letras e autor de “O Vitorinismo: lutas políticas no Maranhão (1945-1965)”, de 1998, e “Vitorinistas e Oposicionistas”, de 2001, entre muitas outras publicações sobre a história política maranhense.

nismo”. Um exemplo disso é o texto “Povo, árbitro irrecusável”, no qual questiona a posse de Eugênio de Barros, em 1951, como governador do estado, graças ao apoio do senador Vitorino Freire e à morte do primeiro colocado nas eleições, Saturnino Belo (o que gerou intensos protestos na capital maranhense):

O sr. Eugênio de Barros ameaça tomar posse, insensível aos apelos do bom senso que se cruzaram sobre sua decisão. A obstinação é mais de Vitorino do que sua e nela há fria premeditação do crime que o carrasco concebe para o povo que o execra. (...). Amanhã, depois, no futuro, a força do povo será o mais atraente e definitivo fator de decisões. Esse povo não pode perder uma batalha. Sofre um esbulho e não haverá maior força de aglutinação e de incentivo à luta do que aquela que emana da injustiça, do garroteamento das liberdades, do esbulho. Contra essa força não haverá tribunais e nem manipulações políticas. Ela é o árbitro irrecusável da própria história (Moreira, 1951, apud Buzar, 1997, p. 66-67).

Buzar credita ao jornalista Neiva Moreira o “retumbante sucesso” do JP, principalmente por conta dos “artigos e editoriais de inigualável qualidade intelectual, nos quais enfocava problemas políticos e questões econômicas e sociais, fazendo dele [do *Jornal do Povo*] um instrumento de sua luta” (Buzar, 1997, p. 7).

José Guimarães Neiva Moreira nasceu em 1917, no município de Nova Iorque (sertão médio do Parnaíba, a 544 km de São Luís). Sobre as suas origens sociais, os relatos biográficos²² o descrevem como descendendo de uma genealogia que possuiria dois ramos: um rico e outro pobre, especificando que sua família está situada no tronco menos abastado. Seu pai seria um modesto comerciante (“quitandeiro”) e maçom, cujos ascendentes eram pequenos agri-

22 As seguintes fontes biobibliográficas serviram de base para a construção desse perfil: 1) “Neiva Moreira – Testemunha de libertação”, do jornalista Clóvis Sena (Sena, 1979); 2) “O pilão da madrugada- depoimento a José Louzeiro” (Moreira, 2007); e 3) “Neiva Moreira – o jornalista do povo” (Moreira/Buzar, 1997).

cultores que tinham vindo para o Maranhão em busca de terras e oportunidades. O pai de Neiva faleceu quando ele, o primogênito dos seis filhos, tinha apenas seis anos de idade. Sua mãe era, à época, professora “contratada pelo governo do Maranhão para implantar o ensino primário no sertão”. Antes de Neiva completar 15 anos, ela se transferiu para Timon/MA, “onde havia melhores condições para nossa instrução” (Moreira, 2007, p. 27).

Neiva Moreira afirma que a profissão de jornalista era uma “vocação” (Idem, p. 35). Teria iniciado sua atuação na imprensa de São Luís em meados da década de 1930, conciliada aos estudos no Liceu Maranhense (naquele momento, a principal escola dos filhos das “elites” do estado) e à participação no movimento estudantil.

No início dos anos 1940, Neiva migrou para o Rio de Janeiro. Já havia acumulado algum conhecimento e experiência, além de vínculos pessoais. Portanto, apesar de não possuir diploma de curso superior e nem ser conhecido no meio jornalístico carioca, ele conseguiu ingressar em alguns dos principais jornais do país. Por intermédio de um tio (um “socialista histórico, respeitado por sua coerência de princípios” e que “tinha muitas relações influentes”) trabalhou no “Diário de Notícias” e, em seguida, foi contratado como repórter de polícia do “Diário da Noite” (dos “Diários Associados”, comandados por Assis Chateaubriand).

No final da mesma década, como um jornalista renomado dos “Diários Associados”, Neiva retornou ao Maranhão para “cobrir” uma “crise política” no seio do “situacionismo”: o então vice-governador havia rompido com a facção de Vitorino Freire e ingressado na frente “oposicionista”. A dissidência ao “vitorinismo” contava ainda com um tio seu, o senador José Neiva. Simultaneamente a esses realinhamentos, ocorreram incêndios em bairros populares da capital, o que atraiu atenção da imprensa nacional e do jornalista maranhense. Durante a “cobertura” ele foi preso, fato que teve grande repercussão no estado e no país,

transformando-o, na sequência, no principal protagonista do chamado “oposicionismo”.

Em termos de cargos eletivos, a trajetória política de Neiva Moreira pode ser dividida em duas fases: a primeira iniciada em 1950 com a eleição para deputado estadual (logo após a prisão), seguida por três mandatos consecutivos como deputado federal (1954, 1958 e 1962). Os mandatos desse primeiro período foram pelo Partido Social Progressista (PSP). Sendo que durante o último, em 1964, foi cassado pelo regime militar. A partir daí, ele viveu no exílio (na Bolívia, no Uruguai, na Argentina, no Peru e no México e, em todos estes países, editou jornais ou revistas). Foi em Buenos Aires, já na década de 1970, que conseguiu, com os jornalistas e cientistas políticos Beatriz Bissio (uruguaia)²³ e Pablo Piacentini (argentino), editar os primeiros exemplares dos *Cuadernos del Tercer Mundo*²⁴. (<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/morte/50024/morre-neiva-moreira>).

A segunda fase se inicia justamente com o retorno do exílio, no bojo da abertura política e da denominada “redemocratização” do Brasil. Aliado a Leonel Brizola, em 1980 fundou o Partido Democrático Trabalhista (PDT). Somente nas eleições de 1994 ele conseguiu um novo mandato como deputado federal (pelo PDT). Antes disso, foi derrotado nas tentativas de chegar à Câmara dos Deputados (em 1982 e 1990) e ao Senado (em 1986). Obteve a reeleição nas eleições seguintes (1998 e 2002). Em 2006 concorreu ao cargo de de-

23 Beatriz Bissio foi esposa de Neiva. Naturalizada brasileira, desde 2011 é professora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS/UFRJ). Nos anos 1970, ela “integrou um projeto de pesquisa sobre países do Terceiro Mundo para o diário Expreso e junto com o grupo de colegas argentinos e do próprio Neiva tinha criado uma ‘agência de notícias’ sui-generis, que vendia matérias de análise internacional aos diferentes jornais peruanos. Estava lançada a ideia o Guia do Terceiro Mundo, anuário com edições em português e espanhol que teve sua última edição no ano 1999” (<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/morte/50024/morre-neiva-moreira>).

24 Para mais detalhes, ver a matéria de [Paulo Cannabrava Filho](#), no “Diálogos do Sul”, de 11 de maio de 2012 (<https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/morte/50024/morre-neiva-moreira>).

putado estadual, ficando na suplência. Porém, com a vitória de Jackson Lago (PDT) ao governo do estado, Neiva Moreira foi nomeado assessor especial da Governadoria (2007-2009).

Ao longo de suas carreiras jornalística e política, o agente publicou vários livros: “Fronteiras do mundo livre” (1949), “Ação naval no Atlântico Sul” (1951), “O Exército e a crise brasileira” (1968), “O Nasserismo e a Revolução do Terceiro Mundo” (1973), “Modelo peruano” (1973), “Os cubanos na África” (1979), “Cuba: a nova etapa da revolução” (1985), “Brasília, hora-zero” (1988), “O pilão da madrugada – um depoimento a José Louzeiro” (1989), entre outros. Todavia, foi por meio da sua atuação em jornais maranhenses que entrevistou de forma mais contundente na interpretação da “história política do Maranhão” e colaborou para autoimagem do estado. Sobretudo, os posicionamentos veiculados no JP, no momento de combate à liderança de Vitorino Freire, foram decisivos na fabricação do “vitorinismo”, como categoria que delimita um “ciclo” da vida política estadual²⁵. Para tanto, recorreu a uma série de simbologias e referências míticas, que singularizariam essa configuração regional. Elegeu-se membro da Academia Maranhense de Letras, segundo seu “confrade” Benedito Buzar (1997, p. 22): “Pela atuação no jornalismo maranhense”.

Neiva Moreira publicou, então, alguns de seus principais escritos enquanto estava em plena campanha eleitoral, defendendo sua candidatura à Assembleia Estadual e também à chapa “oposicionista”, que concorria ao Palácio dos Leões, no início dos anos 1950. Tal cenário o levou a formular e sustentar um discurso de tensionamento direcionado a Vitorino Freire, sobretudo exaltando a luta política e simbólica travada, com “êxitos e vitórias”, contra a permanência do “pernambucano” no comando do jogo político estadual. Aliás, Neiva contava com este trunfo para detratção do seu oponente como um “invasor” ou “forasteiro”, que investia na “ocupação” de “terras maranhenses”.

25 Mais informações são encontradas em Grill (2012).

Outras imagens e representações são mobilizadas para desqualificar Vitorino e acabam contribuindo para a construção (pretensamente negativa) do “vitorinismo”. O comando da “política regional”, detido por Vitorino, advinha da posição central que ele ocupava em uma teia de seguidores no estado e do fato de se constituir, como classificou Miceli (1981), em um “preposto do poder central no Maranhão”. E Neiva se empenhava em exortar os “antivitorinistas” a não desistirem da luta, argumentando que estariam do lado certo da história, dos ideais e valores “nobres” e “elevados”, enfim, dos “bons propósitos”, que caracterizariam o Maranhão como terra da “sã política” e de “grandes homens” públicos, reconhecidos nacionalmente por sua “cultura”, “inteligência” e “moralidade”. Enquanto Vitorino, destituído dos valores considerados legítimos para representar o estado, “não perde oportunidade para rebaixar o nosso passado, desacreditar o acervo de trabalho dos nossos homens públicos, reduzir de importância as conquistas das figuras que têm liderado nossa terra” (JP, 11/07/1950, p. 1).

Em outros textos publicados por Neiva nos anos 1960 é possível identificar, além da persistência das etiquetas estruturantes na configuração regional, (particularmente “vitorinismo” *versus* “oposicionismo”), elementos como a preocupação com uma suposta “tradição política maranhense” baseada em ideias (“progressistas”) e doutrinas (“democráticas”), associada ao exercício da atividade política por indivíduos dotados de “cultura e formação política”, cujas qualificações os permitiriam “brilhar no estado e até popularizar-se”. E também um repertório de representações que buscam estigmatizar uma dada prática política regional como “feudal” e “caciquista” contra a qual o “povo maranhense” deve ser mobilizado numa luta legítima contra as práticas “antidemocráticas”, liderada pelos “antivitorinistas” (JP, 07/10/1960 apud Buzar, 1997, p. 263-265).

Neiva Moreira morreu em maio de 2012, aos 94 anos. A então presidenta Dilma Rousseff (que também inaugurou sua carreira política no PDT) lançou uma nota de pesar, ressaltando que:

Neiva Moreira, fundador do PDT junto com Leonel Brizola, lançou raízes do trabalhismo no Brasil e em vários outros países latino-americanos. Como estudioso, ativista e escritor, sempre esteve ao lado dos povos oprimidos da região. Viveu intensamente a luta pelas liberdades no Brasil, e após retornar do exílio, ampliou sua trajetória política a partir do seu amado Maranhão (...). (<https://www.pdt.org.br/index.php/em-nota-presidenta-dilma-lamenta-a-morte-de-neiva-moreira/>)

Contemporâneo de Neiva Moreira, José Sarney foi o grande beneficiado pelo fim de um “ciclo”, o “vitorinismo”, e o principal protagonista de um novo, o “sarneysismo”. As imagens que mobiliza e as quais é associado o situam na confluência entre “vocações”, que teriam sido “herdadas” dos antecessores nas letras e na política maranhenses, bem como de familiares. Como bem chamou atenção Gonçalves (2000), isso pode ser observado tanto no discurso de posse de Sarney na Academia de Letras como em texto escrito por Afonso Arinos na contracapa do livro “Falas de bem querer”, quando afirma: “Sarney representa uma aliança que ainda não tinha sido feita completamente na tradição maranhense, da chamada Atenas Brasileira. (...) [Ele] faz essa ligação (...) entre a vida da intelectualidade política e a ação da liderança política” (Arinos apud Gonçalves, 2000, p. 86). O que o consagraria, segundo avaliação do escritor maranhense Josué Montello, como caso exemplar de “interprete, tanto no plano político quanto no plano literário” do “povo” que teria “por instinto natural o gosto pelas letras” (Montello apud Gonçalves, 2000, p. 88). José Sarney nasceu em Pinheiro (MA), no ano de 1930. Seu pai foi desembargador. Formou-se na Faculdade de Direito do Maranhão (atualmente curso de direito da Universidade Federal do Maranhão/UFMA). Iniciou a carreira política como assessor do governador, em 1950. Nesse período já frequentava as “reuniões literárias” na “Movellaria Guanabara”, fundou a revista A Ilha, passou a ocupar a cadeira 22 da Academia Maranhense de Letras (1952), escreveu seu primeiro livro “A Canção Inicial” (1953) e concorreu à deputação federal (1954), pelo Partido Social Democrático (PSD), ficando em uma das suplências. Na sequência, chegou ao Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão (IHGM). Assumiu posteriormente mandato na Câmara dos Deputados e reelegeu-se em duas oportunidades (ocupando a cadeira entre 1959 e 1965), já pela União Democrática Nacional (UDN). Em 1965, foi eleito governador do estado e, em seguida (1966), presidente da Academia Maranhense de Letras (AML). Nos anos 1970, chegou ao Senado da República, eleito pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Em 1980, tornou-se “imortal” na Academia Brasileira de Letras e, logo após, presidente nacional do Partido Democrático Social (PDS), sucedâneo da ARENA. Em 1984, por via indireta, chegou à vice-presidência da República e, com a morte do presidente, ao mais alto cargo político da nação. Foi ainda senador pelo Amapá (1999-2014). É autor de uma vasta lista de “obras” (romances, livros de poesias, crônicas e contos, além de coletâneas de discursos e textos para jornais). Além das já citadas, podem ser realçadas: “Norte das águas” (1970), “Os maribondos de fogo” (1978), “O parlamento necessário” (1982), “Falas de bem querer” (1989), “Dez contos escolhidos” (1985), “Breal dos Guajas e outras histórias” (1985), “O dono do Mar” (1995), “Saraminda” (2000), “20 anos de democracia” (2005), “A duquesa vale uma missa” (2007), entre outras (Coutinho, 2010; Abreu, 2011).

Considerações Finais

O material e reflexões apresentados neste artigo parte da problemática relativa às justaposições entre domínios e lógicas **políticas e culturais** para examinar perfis, inscrições, posições e tomadas de posição de parlamentares oriundos de MG, RS, PE e MA. A escolha de agentes dessas quatro unidades da federação não foi fortuita, mas orientada por regularidades detectadas em estudo mais abrangente acerca dos investimentos culturais, em especial em produção escrita, como **estratégia** de **legitimação resistente das “elites políticas”** brasileiras.

Mais precisamente, foram localizados 75 profissionais da política cujas carreiras foram marcadas pela disponibilidade de intervir (sobretudo por meio da publicação de livros e de artigos em jornais) em debates e embates referentes a “questões” particularmente vinculadas às suas configurações regionais (as quatro referidas).

A primeira parte do texto foi dedicada ao delineamento, sobretudo, dos seus perfis **políticos**, profissionais e tipos de livros publicados. O que nos permitiu cotejar as características dos agentes com padrões historicamente dominantes nas suas respectivas “regiões” primordiais de atuação. E, na segunda parte, descrevemos itinerários que consideramos representativos dos elementos pontuados, seguidos de quadros de apoio com pretensão de remate das lógicas em jogo.

Nas **descrições feitas** é possível observar a importância das bases familiares e das formações escolares; da inserção em domínios universitários, jornalísticos e em instâncias de enaltecimento intelectual; da mobilização de relações pessoais nos investimentos efetuados; da **valorização das formulações intelectuais e** teóricas fundamentadas na prática política; entre outros aspectos demarcadores dos percursos examinados.

Foi possível, ainda, realçar objetos de disputa ou “causas” (“literatura”, “tradição trabalhista”, “erradicação da fome”, “oposição ao vitorinismo” – que prevaleceram para cada um dos agentes) cujos potenciais de invenção parecem relacionados às circunstâncias de luta e de imposições históricas e sociais específicas. Bem como, e inseparavelmente, os seus potenciais de interpegação parecem ser indicadores de disposições (herdadas ou adquiridas) e sentidos detidos pelos agentes. Em conjugação – afora outras transformações mais amplas –, as formas de definição e de identificação das problemáticas estão relacionadas **às propriedades, investimentos e motivações dos** seus porta-vozes; **às** interferências determinantes dos *ethos* gestados nas formações regionais específicas; e, indissociadamente, às injunções (expectativas) decorrentes das imagens ou tipos regionais estandartizados – e que, por meio de repertórios e modalidades de atuação acionadas, os agentes ajudam a reproduzi-las ou reinventá-las.

Sendo assim, podemos detectar critérios de excelência/hierarquização social, política e intelectual, pensando como eles não significam somente oportunidades de consagração (pessoal e coletiva), mas, no mesmo golpe, funcionam como constrangimentos aos investimentos (escolares, militantes, profissionais, culturais, etc.) possíveis/eficientes feitos, incluindo o próprio exercício de atividades **políticas**. **E**, finalmente, como tudo isso repercute nos escritos e nas temáticas privilegiadas, trazendo à tona princípios que regem matrizes comuns de interpretação da vida social – comungada com outros protagonistas das lutas intelectuais (cientistas sociais, professores, historiadores, artistas, escritores, músicos, etc.), que não necessariamente ocuparam cargos políticos. As lógicas de fronteiras delimitadas pelos traços próprios das suas “regiões” ou estados se manifestam em elementos frigorificados na memória coletiva, como batalhas e as condutas dignificantes, que justificam interpretações, posições e prescrições eficientes.

Referências

- Abèlés, M. La reference familiale. Patriat, C.; Parodi, J. (Orgs.) **L'hérité en Politique**. Paris: Economica, 1992.
- Albuquerque Jr, D. A invenção do Nordeste* e outras artes. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.
- Amorim, H. R. de **“Um pequeno pedaço do incomensurável”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História (UFPE), Recife, 2016.
- Arruda, M. A. do N. **Mitologia da Mineiridade**. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- Bertho, C. L'invention de la Bretagne [Genèse sociale d'un stéréotype]. **Actes de la recherche en sciences sociales**. V. 35, novembre 1980.
- Bodea, M. **Trabalhismo e Populismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1992.
- Bourdieu, P. A identidade e a representação. Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: Bourdieu, P. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.
- Bourdieu, P. A linguagem autorizada: as condições sociais de eficácia do discurso ritual. In: _____. **A economia das trocas linguísticas**. SP: EDUSP, 1996.
- Canêdo, L. B. Continuidade e descontinuidade na ordem política brasileira: o caso de Minas Gerais. **Colóquio saber e poder**, 2008.
- Cánepa, M. **Partidos e representação política: a articulação dos níveis estadual e nacional no RS (1945-1965)**. Porto Alegre. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, 1999.
- Coradini, O. L. As missões da 'cultura' e da 'política': confrontos e reconversões de elites culturais e políticas no Rio Grande do Sul (1920-1960). In: Reis, E. T.; Grill, I. G. **Estudos sobre elites políticas e culturais**. São Luís: Edufma, 2014.
- Dézalay, Y.; Garth, B. A dolarização do conhecimento técnico-profissional do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado (1960-2000)”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 15, n. 43, p.163-175, 1998.
- Garcia Jr, A. Meninos de Engenho. Tradições e dramas familiares feitos símbolos da brasilidade. **Antropolítica**, n. 30, p. 21-47, 2011.
- Garcia Jr, A. A Sociologia Rural no Brasil: entre escravos do passado e parceiros do futuro **Estudos Sociedade e Agricultura**, 19, outubro, 2002: 40-71.

Garcia Jr, A. Les Intellectuels et la Conscience Nationale au Brésil. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 98, juin 1993.

Ginzburg, C. História da arte italiana. In. **A micro-história e outros ensaios**. Lisboa: Difel, 1991.

Gonçalves, M. de F. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: Edições UFMA; PROIN (CS), 2000.

Grill, I. G. **"Heranças Políticas" no Rio Grande do Sul**. São Luís: EDUFMA, 2008. 234p .

Grill, I. G. Bases sociais, representações e usos de espólios simbólicos em "famílias de políticos". **Repocs**, nº 33, 2020.

Grill, I. G. As múltiplas notabilidades de Afonso Arinos: Biografias, memórias e a condição de elite no Brasil do século XX. **Revista de Sociologia e Política**. v. 23(54) 2015, p. 21-42.

Grill, I. G. As fronteiras móveis da 'oligarquia' e a 'elite política' maranhense. In: Santos, André Marenco dos. (Org.). **Os eleitos: representação e carreiras em democracias**. 1ed.Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013, v. 1, p. 135-169.

GRILL, I. G. "Ismos", Ícones e Intérpretes: as lógicas das "etiquetagens" na política de dois estados brasileiros (MA e RS). **Revista de Sociologia e Política**. V. 20(43), p. 193-220, 2012.

Grill, I. G. "Memórias" de políticos brasileiros: produção escrita, gestão de imagens e "teorizações" nativas do jogo político. **Política & Sociedade**, vol. 11 - nº 22 - Novembro de 2012.

Grill, I.G.; Reis, E. T. dos. **Elites parlamentares e a dupla arte de representar. Intersecções entre "política e cultura" no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2016. 258p.

Grill, I.G.; Reis, E. T. dos. Intérpretes e notáveis da literatura e da cultura popular do Maranhão. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, v.54, 2017.

Grill, I. G.; Reis, E. T. dos. A universidade como um -viveiro- de vocações políticas: carreira profissional, notabilização intelectual e afirmação política. **Repocs**, v. 12, p. 61, 2015.

Hastings, M. Le mythe en heritage. In. Patriat, C.; Parodi, J. (Orgs.) **L'héritité en Politique**. Paris: Economica, 1992.

Le Bart, C. L'écriture comme modalité d'exercice du métier politique. **Revue Française de Science Poltique**. V. 48, 1998.

Le Bart, C. **La politique en librairie: les stratégies de publication des professionnels de la politique**. Paris: Armand Colin, 2012.

Martin, D.C. Le choix d'identité. **Revue Française de Science Politique**, vol.42, n.º 4, 1992.

Martin, D.C. Identités et politique : récit, mythe et idéologie. In: _____. **Cartes d'identité: comment dit-on 'nous' en politique**. Paris: Presses de la fondation nationale des sciences politiques, 1994.

Miceli, S. Carne e osso da elite política brasileira pós-30. In: Fausto, B. **História Geral da civilização brasileira: o Brasil republicano**. Sociedade e política (1930-1964). São Paulo: Difel, 1981, p. 557-596.

Miceli, S. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel/Difusão Editorial S.A., 1979.

Pécaut, D. **Os intelectuais e a política no Brasil, entre o povo e a nação**. São Paulo: Ática, 1990. 335p.

Pereira, A. T. **Disputas faccionais e construções de 'ismos': inscrições político-jornalísticas no Maranhão (1930-1960)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (UFMA), 2019.

Pizzorno, A. Algum tipo diferente de diferença: uma crítica das teorias da escolha racional. In: FOXLEY, A. **Desenvolvimento e Política**. São Paulo: Vértice, 1988.

Pontes, H. **Destinos Mistos. Os Críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940 - 1968)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

Pollak, M. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 10, 1992, p.200-212.

Porfírio, P. F. A. Escritos políticos de Francisco Julião no processo de redemocratização do Brasil (1981-1985) **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 31, p. 616-640, jul./dez. 2015 | www.revistatopoi.org

Reis, E. T. dos. **Trajetórias, espaços e repertórios de intervenção política: um estudo sobre os militantes que lutaram contra a ditadura no Rio Grande do Sul**. 1. ed. Porto Alegre/São Luís: ZOUK/EDUFMA, 2015. 342p.

Reis, E. T. "Confissões políticas" de mulheres parlamentares. **Repocs**, nº 34, 2020.

Reis, E. T. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiras. **Cadernos Pagu**, n.43, p. 233-263, 2014a.

Reis, E. T. dos. O trabalho de construção de um 'perfil artístico e cultural do Maranhão'. In: Reis, E.T. dos; Grill, I.G. (Org.). **Estudos sobre elites políticas e culturais**. 1ed.São Luís: EDUFMA, 2014b, v. 1, p. 185-223.

Reis, E. T. dos. A 'arte' da intervenção política: origens sociais, carreiras e destinos de militantes que 'lutaram contra a ditadura' no Rio Grande do Sul. In: Coradini, O.L. (Org.). **Estudo de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes**. 1 ed. Porto Alegre: EDUFRGS, 2008, p. 43-60.

Reis, E. T. dos; Grill, I. G. (Orgs.). **Estudos sobre elites políticas e culturais. Reflexões e aplicações não canônicas**. São Luís: EDUFMA, vol.2, 2016. 296p.

Reis, E. T. dos; Grill, I. G. Estudos de elites políticas e as bases das multinotabilidades no Brasil. **Tempo Social**. V. 29, n. 3, p. 137-159, 2017.

Reis, E. T. dos; Grill, I. G. Trajetórias de multinotabilidades: reconfigurações históricas e condicionantes sociais das inscrições políticas e culturais de parlamentares brasileiros. **Dados**. V. 58(2), 2015, p. 203-238.

Sorá, G. **Brasileanas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Edusp/ ComArte, 2010. 486p.

Vasconcellos, L. V. **Alberto Pasqualini e o trabalhismo no Brasil**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em História (UERJ), Rio de Janeiro, 2009.

Outras Fontes:

Abreu, A. et al. (Orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-30**. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2011.

Araújo, G. Josué de Castro. Cidadão do Mundo. In Castro, A. M. **Fome, um tema proibido. Últimos escritos de Josué de Castro**. Petrópolis: Vozes, 1984.

Badaró, M. **Memórias póstumas de Francisco Badaró**. Romance histórico-biográfico. Belo Horizonte: Claro Enigma, 2008.

Buzar, B. **Neiva Moreira - Jornalista do Povo**. São Luís: Lithograf, 1997.

Campos, M. **Testemunhos e ensinamentos**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1972.

Castro, J. Entrevista dada a Pedro Bloch, Revista Manchete, Rio de Janeiro, 1964. In: Melo, M. M. ; Neves, T. C. W. **Josué de Castro**. Brasília: Plenarium, 2007.

Castro, A. M. Josué de Castro, brasileiro e nordestino. In. ANDRADE, M. C. (et al.) **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora da FPA, 2003.

Correia de Andrade, M. (et al.). **Josué de Castro e o Brasil**. São Paulo: Editora da FPA, 2003.

Coutinho, M. **José Sarney**: Memorial dos 80 anos. São Luís: Geia, 2010.

Duarte, J.B. **A fascinante história de Pedro Simon, sua vida, seu tempo**. Porto Alegre: AGE Editora, 2001.

Melo, M. M. ; Neves, T. C. W. **Josué de Castro**. Brasília: Plenarium, 2007.

Moreira, N. **O pilão da madrugada – Um depoimento a José Louzeiro**. São Luís: SECMA, 2007.

Sena, C. **Neiva Moreira – Testemunha de libertação**. São Luís: Comitê Brasileiro pela Anistia (Seção Maranhão), 1979.

Schmidt, B. Semanário Informação. 05/02/1977.

Simon, P. (org.) **Alberto Pasqualini. Obra Social & Política**. Vol. I, II, III. Brasília: Senado Federal, 1994.

